



SOLAR FORMAÇÃO, PESQUISA E GESTÃO LTDA – EPP

CNPJ: 06.079.533/0001-97

SCS Qd. 6, Bl. A, Ed. Presidente, Sala 409, Asa Sul, Brasília/DF – CEP 70327-900

Rua das Paineiras, 25, Bairro Jardim, Santo André/SP – CEP 09070-220

solar@solarconsultoria.com

www.solarconsultoria.com.br

Contrato 09/SMADS/13

Objeto:

ASSESSORIA, METODOLOGIA E SISTEMATIZAÇÃO DOS EVENTOS DAS PRÉ-CONFERÊNCIAS E DA X CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Cliente:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SMADS.

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – COMAS.

Produto:

RELATÓRIO PRÉ-CONFERÊNCIA REGIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA SUPERVISÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SAS VILA MARIA/VILA GUILHERME



SUAS

Sistema Único de Assistência Social

Junho/2013

SUMÁRIO

1. Apresentação	3
2. Plenária de Abertura	4
3. Resultado do Credenciamento.....	12
4. Relatório por eixo.....	13
4.1. Eixo I.....	13
4.2 Eixo II.....	14
4.3 Eixo III.....	16
4.4 Eixo IV	17
4.5 Eixo V	20
4.6 Eixo VI	22
5. Plenária Final	26
6. Delegados.....	29
7. Avaliação da Pré Conferência.....	30
Anexos.....	39
Anexo 1 – Apresentação da SAS Vila Maria/Vila Guilherme	39
Anexo 2 - Palestra ministrada por Rosemary Ferreira de Souza Pereira.....	41
Anexo 3 - quadro preenchido do instrumental 2 pelo Eixo I - aprovado	45
Anexo 4 - quadro preenchido do instrumental 2 pelo Eixo II - aprovado	48
Anexo 5 - quadro preenchido do instrumental 2 pelo Eixo III - aprovado	50
Anexo 6 - quadro preenchido do instrumental 2 pelo Eixo IV - aprovado	52
Anexo 7 - quadro preenchido do instrumental 2 pelo Eixo V – aprovado	54
Anexo 8 - quadro preenchido do instrumental 2 pelo Eixo VI – aprovado	56
Anexo 9 – Moções da Pré-Conferência Regional de Vila Maria/Vila Guilherme.....	58

SOLAR FORMAÇÃO, PESQUISA E GESTÃO LTDA – EPP

Objeto: ASSESSORIA, METODOLOGIA E SISTEMATIZAÇÃO DOS EVENTOS DAS PRÉ-CONFERÊNCIAS E DA X CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

PRODUTO – RELATÓRIO PRÉ-CONFERÊNCIA REGIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA SUPERVISÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SAS VILA MARIA/VILA GUILHERME

1. Apresentação

O presente produto apresentará a síntese dos trabalhos desenvolvidos na etapa da Pré-Conferência Regional da Vila Maria/Vila Guilherme, realizada no dia 03 de julho de 2013, nas dependências da Universidade Nove de Julho (Uninove) da Vila Maria, localizada à Rua Guaranésia, 425 - Vila Maria.

A subprefeitura da Vila Maria é composta pelos subdistritos da Vila Maria, Vila Guilherme e Vila Medeiros.

Os trabalhos foram executados com tranquilidade durante todo o dia. Houve uma participação expressiva de idosos e pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, fato notado durante o credenciamento. De forma que a demanda para os profissionais de acompanhamento a essas pessoas foi extremamente demandada, sendo necessário inclusive apoio dos demais integrantes da equipe da Assessoria, como facilitadores e relatores.

Os grupos utilizaram espaços em diferentes prédios da Universidade, porém os mesmos eram relativamente próximos e havia elevados para acesso ao andar das salas onde trabalhariam os eixos.

Segue o relato do dia.

2. Plenária de Abertura

A mesa de abertura foi composta por Sra. Lucia Mariano dos Santos, representante do COMAS; Sra. Rosa Maria Tomé Telis da CAS Norte; Sr. Luiz Carlos Gutierrez, Chefe de gabinete da subprefeitura MG; Sr. José Mauro Del Roio Correia, supervisor de saúde; Sra. Elisabete Pereira de Melo da Silva, supervisora da assistência; Sra. Juliani Aparecida da Mota, representante dos trabalhadores da sociedade civil; Sra. Rosa Matilde Teixeira, representante das ONGs e Sra. Alcione Maria Lourenço, representante dos usuários.

Após todos cantarem o hino, a Sra. Alcione falou sobre a sua deficiência visual e o quanto a assistência social era importante para a sua vida.

Sra. Juliani, falou sobre a importância da busca e a efetivação de direitos assistenciais.

Sra. Rosa Matilde deu boas vindas a todos os representantes da sociedade civil e desejou que os trabalhos realizados trouxessem benfeitorias a todos.

Sr. José Mauro desejou bom dia a todos e falou sobre a importância da integralidade das ações, sobre a questão de ver o cidadão integralmente, e não de forma compartimentada.

Sra. Elisabete desejou bom dia e deu boas vindas a todos. Falou sobre a extensão do convite para a participação do evento para outros representantes das políticas públicas, mas que infelizmente por conta de agenda, não puderam comparecer. Afirmou que o momento era propício para a implementação de políticas públicas.

Sr. Luiz Carlos deu bom dia a todos e falou sobre a luta em que todos estavam para poder prestar mais serviços.

Sra. Rosa Maria falou sobre a importância da participação de todos nessa pré-conferência, pois seriam apresentados os cumprimentos de propostas que haviam sido elaboradas em outras conferências, com a ampliação de serviços e de orçamento.

Sra. Lucia agradeceu a participação de todos e declarou aberta a pré-conferência regional de Vila Maria/Vila Guilherme.

O mestre de cerimônias agradeceu ao reitor por ceder os espaços e a todos os participantes e passou a palavra para a representante do poder público.

Sra. Elisabete agradeceu a todos que auxiliaram no processo de construção do diagnóstico da região norte e falou sobre a importância deste para a elaboração das propostas durante a conferência.

Sra. Elisabete comentou o tema da pré-conferência da Vila Maria, Vila Guilherme e Vila Medeiros, Gestão e Financiamento no SUAS. Ela apresentou dados de 2010 sobre contingente populacional de acordo com os dados do IBGE, apresentou também o contingente populacional por faixa etária. Disse que, por volta de 70.000 pessoas viviam em situação de vulnerabilidade, e que, por volta de 10.000 famílias viviam com meio salário mínimo *per capita*.

Ela apresentou taxas de domicílios em áreas subnormais, taxa de mortalidade por faixa etária e violência contra a mulher.

Apresentou o percentual dos serviços de proteção básica e especial, e quais eram os serviços de proteção básica e especial. Disse que era prestado um total de 25 serviços de

assistência social.

Apresentou ainda dados comparativos entre 2009 e 2012, que apresentavam a ampliação da quantidade dos serviços prestados e o aumento da capacidade de atendimento. A ampliação do aumento dos serviços de alta complexidade e falou sobre o aumento dos custos para a manutenção do serviço.

Falou que a pré-conferência era fundamental para a manutenção e ampliação dos serviços de atendimento.

Apresentou um quadro com os programas de transferência de renda e benefícios da região, finalizando sua apresentação. (O arquivo com a apresentação completa pode ser visualizado no Anexo 1 desse relatório)

O mestre de cerimônia convocou os membros da mesa de trabalho que conduziria os processos da plenária e passou a palavra para o Sr. Natanael de Jesus Oliveira, que agradeceu a presença de todos.

Os componentes da mesa foram: Sr. Natanael de Jesus Oliveira, conselheiro do COMAS; Sra. Rosa Maria Tomé Telis, CAS Norte; Sra. Elisabete Pereira, SAS MG; Sra. Therezinha Máximo, da Comissão Regional, Poder Público; Sra. Juliani Aparecida da Mota, da comissão regional, Sociedade Civil, e Sra. Alcione Maria, representante dos usuários.

Natanael falou sobre o encerramento do credenciamento e consultou a plenária se o credenciamento poderia ser encerrado às 10:00h.

Um dos membros da mesa sugeriu que o credenciamento fosse encerrado às 11:00h.

Natanael então consultou a plenária e todos concordaram. Sendo assim, ficou definido que o encerramento do credenciamento seria às 11h.

Rosa leu o regimento e falou que aqueles que tivessem algum destaque que levantassem o crachá, para que o destaque fosse anotado. E pediu àqueles que tivessem dúvidas, que passassem para a Assessoria assim seria anotado e estas seriam levantadas ao final da leitura.

Foram realizados destaques nos artigos 5º, 6º, 8º, 12, no parágrafo único do art. 14,

Em seguida o Regimento Interno foi colocado em votação, sem aprovado por unanimidade.

O Regimento e programação aprovados é o que segue.

**X CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
TEMA: "A GESTÃO E O FINANCIAMENTO NA EFETIVAÇÃO DO SUAS."**

**REGIMENTO INTERNO DAS 31 PRÉ-CONFERÊNCIAS – X CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL DE SÃO PAULO**

CAPÍTULO I – ORGANIZAÇÃO

Art. 1º - A Conferência de Assistência Social da Cidade de São Paulo é foro de debate, na defesa dos direitos socioassistenciais, civis e políticos e na garantia do sistema de proteção social da Assistência Social.

Art. 2º - A Pré-Conferência terá caráter deliberativo. Será realizada conforme publicação da Resolução 663/COMAS/SP/2013.

Art. 3º - A mesa coordenadora dos trabalhos da Pré-Conferência será composta por:

- I – Conselheiro do COMAS
- II – Dois Coordenadores (Comissão Regional)
- III - Um Mediador - Indicado pelo COMAS/SP;
- IV– Um representante da CAS e/ou SAS;
- V- Um representante da Sociedade Civil e
- VI – Autoridade(s) presente(s) na Pré-Conferência

§ 1º – A escolha dos membros da mesa coordenadora, à exceção do mediador, ficará a critério da Comissão Organizadora Regional.

§ 2º - Cabe aos Coordenadores:

- Dar início aos trabalhos;
- Garantir a palavra aos integrantes da Mesa e Plenário e
- Conduzir os trabalhos do dia;

§ 3º - Cabe ao Mediador:

- Assegurar a realização da Pré-Conferência observando o Regimento Interno e;
- Garantir a interlocução com a Comissão Organizadora Regional.

Art. 4º - A Comissão Organizadora Regional constituída em foro paritário composta por 03 (três) representantes do Poder Público e 03 (três) representantes da Sociedade Civil homologados pelo COMAS/SP através de Comunicado, após a realização de Assembleias nas 31 Regiões.

Parágrafo Único - As Comissões Regionais são de coordenação paritária (1 da Sociedade Civil e 1 do Poder Público), sendo passível de substituição a critério da Comissão Regional, respeitando a paridade.

Art. 5º - São participantes da Pré-Conferência:

- * Conselheiros Municipais de Assistência Social;
- * Representantes do Poder Público;
- * Representantes de Entidades e Organizações, Trabalhadores e Usuários;
- * Representantes de Fóruns Regionais e Municipal voltados para a Assistência Social;
- * Representantes de Movimentos Sociais, Universidades, Conselhos de Categorias Profissionais e Fóruns de Etnia e de Gênero;
- * Autoridades convidadas e presentes
- * Convidados e Observadores.

Parágrafo Único - Os participantes da Pré-Conferência deverão ser maiores de 16 (dezesesseis) anos, mediante apresentação de documento com foto.

Art. 6º - Na Pré-Conferência, o credenciamento será presencial, realizado em horário previsto na programação, mediante assinatura da lista de presença com entrega da Ficha de Inscrição para Delegados, com a escolha referente ao Eixo temático até o limite de vagas.

Parágrafo Único – Fica estabelecido que a Ficha de Inscrição para Delegados deverá ser obrigatoriamente devolvida até a abertura do Plenário do período da tarde para confirmação do credenciamento, em local a ser designado pela Comissão Organizadora Regional, sob pena de ficar inabilitado a participar da X Conferência Municipal de Assistência Social, o participante que não devolver a ficha de Credenciamento de Delegados.

CAPÍTULO II - Da Temática e Programação

Art. 7º - A Pré-Conferência terá como tema “**A Gestão e o Financiamento na Efetivação do SUAS**”, e como objetivo “Avaliar a situação da assistência social, propor e deliberar diretrizes para o aperfeiçoamento do SUAS, enfatizando a participação e o controle social no município de São Paulo”

§1º - As temáticas deverão seguir as orientações do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS e Conselho Estadual de Assistência Social de São Paulo – CONSEAS/SP.

§2º - Os grupos temáticos da Pré-Conferência deverão deliberar quanto às metas em nível municipal, relativas ao tema e seus respectivos eixos estabelecidos pelo Conselho Nacional da Assistência Social – CNAS para a IX Conferência Nacional de Assistência Social.

Art. 8º - A Pré-Conferência terá a seguinte programação:

09h00 – Início do credenciamento

10h00 – Solenidade de abertura; Hino Nacional; Saudação das autoridades presentes; apresentação da Supervisão local;

10h40 – Leitura e aprovação do Regimento Interno da Pré-Conferência;

11h00 – Encerramento do credenciamento dos participantes.

11h00 – Palestra e debate

12h00 – Trabalho dos grupos por eixos temáticos

13h00 – Intervalo para almoço;

14h00 – Conclusão dos trabalhos dos grupos por eixos temáticos

15h30 – Prazo para entrega das moções;

15h30 – Plenário - Apresentação pelo Relator de cada grupo das propostas aprovadas nos grupos temáticos da Pré-Conferência para aprovação pelo Plenário; apresentação e votação de moções;

17h00 – Eleição e apresentação da delegação para a X Conferência Municipal de Assistência Social;

18h00 – Encerramento

Parágrafo Único – Esta programação poderá ser alterada para adequação às condições de cada região, desde que respeite a Resolução 663/COMAS/2013.

Art. 9º - Os participantes serão subdivididos em grupos temáticos:

§ 1º - Cada grupo terá um facilitador e relator contratados pela empresa de Relatoria e Sistematização

§ 2º - Cabe ao facilitador do Grupo:

I – Abrir e orientar a discussão;

II - Esclarecer dúvidas;

III - Coordenar os debates, assegurando o uso da palavra aos participantes;

IV - Assegurar que as propostas sejam encaminhadas e aprovadas por consenso ou maioria simples e;

V – Controlar o tempo

§ 3º - Cabe ao Relator:

I - Registrar as propostas do grupo em instrumento próprio;

II - Apresentar o relatório à mesa coordenadora e ao plenário.

§ 4º – Fica estabelecido que as discussões nos grupos temáticos serão registradas em áudio, sendo responsabilidade da Comissão Organizadora Regional disponibilizar equipamento de som para o plenário, tendo em vista que a Assessoria de Relatoria será responsável pela gravação das discussões e deliberações da plenária.

Art. 10º - Os participantes poderão fazer uso da palavra para intervenções nos grupos temáticos que não excedam 02 (dois) minutos ou poderão se manifestar por escrito e encaminhar ao Facilitador do Grupo.

Art. 11 - As reuniões dos Grupos Temáticos deverão deliberar em seu tema específico as propostas que serão apresentadas no Plenário da Pré-Conferência. Após a aprovação, a Assessoria de Relatoria deverá sistematizar as deliberações para subsidiar a X Conferência Municipal de Assistência Social.

Parágrafo Único - A aprovação das propostas nos grupos dar-se-á por consenso ou maioria simples de votos.

Art. 12 - As moções deverão ser entregues aos Coordenadores da Comissão Organizadora Regional até o início do Plenário de aprovação das propostas no período da tarde, com anúncio de término realizado pelo Coordenador da Mesa, e assinadas por pelo menos 20 (vinte) participantes.

CAPÍTULO III - PLENÁRIO FINAL

Art. 13 - O Plenário Final da Pré-Conferência será constituído pelos participantes, que deliberaram sobre as propostas apresentadas pelos relatores dos grupos temáticos.

Art. 14 - O relator de cada grupo temático exporá sinteticamente no prazo de 10 minutos as considerações e propostas de cada grupo e entregará para a mesa coordenadora os formulários padrão preenchidos durante a discussão dos grupos temáticos.

Parágrafo Único – Visando a consolidação e sistematização dos resultados que serão apresentados na X Conferência Municipal de Assistência Social, as Comissões Organizadoras Regionais deverão entregar em até 02 (dois) dias úteis após a realização da Pré-Conferência, à Assessoria o Instrumental 2 preenchido, no item 7.1.

CAPÍTULO IV – Da Organização Regional

Art.15 - Organização Regional

I - As Comissões Organizadoras Regionais, correspondentes às 31 regiões, são responsáveis pela sua infraestrutura e organização, sendo acompanhadas e subsidiadas pela Comissão Organizadora Central, conforme previsto na Resolução 663/COMAS-SP/2013.

II - As Pré-Conferências de Assistência Social serão realizadas no âmbito das 31 regiões administrativas das subprefeituras, conforme segue: Butantã, Pinheiros, Sé, Lapa, Itaquera, Itaim Paulista, Cidade Tiradentes, São Miguel Paulista, São Mateus, Ermelino Matarazzo, Guaianases, Vila Maria, Pirituba, Freguesia do Ó, Casa Verde, Jaçanã, Santana, Perus, Campo Limpo, Capela do Socorro, Parelheiros, Santo Amaro, M'Boi Mirim, Cidade Ademar, Aricanduva/Vila Formosa, Ipiranga, Jabaquara, Mooca, Penha, Vila Mariana e Vila Prudente/Sapopemba.

CAPÍTULO V - DOS DELEGADOS

Art. 16 - Delegados (as)

I - O critério para a eleição de delegados(as) das Pré-Conferências de Assistência Social seguirá a normativa e deliberação do COMAS/SP. Os delegados(as) que serão eleitos na Conferência Municipal para a IX Conferência Estadual de Assistência Social seguirá a normativa e deliberação do CNAS e CONSEAS.

II - Será considerada, na escolha de delegados, a participação dos segmentos definidos nas orientações do CNAS, CONSEAS e do COMAS/SP.

III - Os delegados(as) à X Conferência Municipal de Assistência Social terão direito à voz e voto e deverão ser eleitos nas Pré-Conferências nas 31 Regiões.

IV - Os Conselheiros(as) do COMAS/SP, titulares e suplentes, são delegados(as) natos à X Conferência Municipal, desde que participem integralmente do processo em pelo menos uma das Pré-Conferências das Regiões, com direito à voz e voto.

V - A Comissão Organizadora Central da X Conferência Municipal de Assistência Social ficará responsável pelas listas dos delegados(as), observadores/as, referentes à X Conferência Municipal de Assistência Social, informando os seguintes dados: Regional, nome, RG, CPF, endereço para correspondência, telefone fixo e/ou celular, e-mail, segmento que representa, que estarão inclusos em formulário específico, anexo ao relatório.

Art. 17 - Dos critérios de escolha dos Delegados(as) Titulares/Suplentes e Observadores, para a X Conferência Municipal de Assistência Social

I - Eleger delegados e observadores da Sociedade Civil para a X Conferência Municipal da Assistência Social, garantindo o critério de 1/3 (um terço) para cada um dos segmentos - Usuários, Trabalhadores e Organizações/Entidades prestadores de serviços de Assistência Social.

II - A composição dos delegados da Sociedade Civil para a X Conferência Municipal da Assistência Social será acrescida dos 18 (dezoito) Conselheiros da Sociedade Civil do COMAS/SP, os quais participarão da X Conferência Municipal da Assistência Social, na condição de delegados natos em consonância com o Artigo 16 - Inciso IV deste Regimento.

III - Na representação da Sociedade Civil serão eleitos:

a) Delegados(as) titulares, na proporção de 1 (um) delegado eleito para cada 5 (cinco) participantes da Pré-Conferência. Estes terão direito a voz e voto na X Conferência Municipal da Assistência Social;

b) Delegados(as) suplentes, na proporção de 1 (um) delegado eleito para cada 10 (dez) participantes da Pré-Conferência. Estes terão direito a voz na X Conferência Municipal da Assistência Social;

c) Observadores - até o máximo de 10 (dez) por Pré-Conferência, entre adolescentes, adultos e estagiários, os quais terão direito a voz na X Conferência Municipal da Assistência Social;

IV - Na representação do Poder Público serão indicados para a X Conferência Municipal da Assistência Social delegados nas Pré-Conferências em número igual ou até à quantidade de delegados da sociedade civil. Só poderão ser delegados, os representantes do Poder Público que participarem integralmente de uma Pré-Conferência.

§ 1º Não poderão ser transferidas vagas não preenchidas por delegados do Poder Público de uma região administrativa para outras.

§ 2º- Serão eleitos os candidatos que entregarem para a Comissão Regional, a ficha de credenciamento devidamente preenchida em todos os itens, e no horário estabelecido, e obtiverem maior número de votos dos participantes, em pleito realizado em plenário.

§ 3º - Caso haja empate, proceder-se-á nova votação e ocorrendo novo empate, haverá sorteio.

§ 4º - Os delegados deverão ser apresentados pela Comissão Organizadora Regional para referendo final do Plenário.

§ 5º - Os delegados eleitos, ausentes no momento da apresentação, serão inabilitados, sendo indicado o suplente conforme a ordem decrescente de votos.

Art. 18 - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Regional em conjunto com o representante do COMAS/SP mediador da Pré-Conferência, referendados pela plenária.

São Paulo, 03 de julho de 2013

Comissão Organizadora Regional de Vila Maria/Vila Guilherme

Após a aprovação do regimento interno, o mestre de cerimônia pediu para que todos os integrantes da mesa voltassem aos seus lugares e convidou a palestrante Sra. Rosemary Ferreira de Souza Pereira, conhecida como Rose Ferreira, que falou sobre a gestão e o financiamento na efetivação do SUAS.

Rose iniciou a sua fala sobre as fases da lua e falou que a conferência remetia a isso.

Apresentou três direitos dos usuários para reforçar a questão da participação: acessibilidade, qualidade e continuidade. Falou que falar sobre continuidade na assistência social ainda era uma coisa a ser trabalhada.

Afirmou que o cidadão tinha o direito de ser informado sobre os seus direitos e a

forma como os serviços eram oferecidos.

Citou o direito a manifestação pública.

Foi também falado que a gestão era balizada por princípios éticos e políticos e instrumental, algo que foi elaborado na constituição de 1988. A gestão foi balizada por legislações e que havia uma reformulação das diretrizes.

Contou que a gestão na assistência se dava por um sistema, que articulava, complementava e assegurava a continuidade dos serviços. Falou sobre as práticas de gestão que poderiam se materializar para a participação, decisões compartilhadas, argumentação, e em não concentrar decisão e circular informação.

Foi falado também que deliberar na pré-conferência era tão importante quanto aquilo que iria ocorrer nas demais conferências, municipais, estaduais e a federal.

Disse que o objetivo da conferência era avaliar aquilo que já tinha sido construído, aquilo que poderia ser melhorado e criado para melhorar os serviços de atendimento.

Explicou que a conferência foi dividida em 6 eixos. E que o primeiro eixo era o de cofinanciamento. Discorreu um pouco sobre o que abordava esse eixo, que tinha aporte de recursos das três esferas de governo; acompanhamento do índice de gestão descentralizada; o uso de 3% da verba para garantir o serviço da assistência social; participação do conselho; acompanhamento do plano de assistência social; acompanhamento e aprovação do conselho sobre a questão orçamentária; contratação de servidores públicos; tornar a linguagem mais acessível; prestação de contas e transparência.

Explicou o eixo II e III. Falou sobre criação e utilização de indicadores que auxiliem a assistência; organização da busca ativa; efetivação do prontuário SUAS; a partilha de informações entre as políticas; estágio da implementação da NOB-RH/SUAS; segurança normativa-jurídica para a reconfiguração do trabalho social; cofinanciamento federal das equipes de referência; enfrentamento da precarização dos vínculos trabalhistas; processos de formação continuada.

Passou então para a explicação do eixo IV, acompanhamento dos serviços prestados; vinculação entre CRAS e CREAS; desenvolvimento do sistema em rede; reordenamento dos serviços de atendimento; controle das etapas da implementação da política; monitoramento dos serviços. Desafios: ampliação da cobertura dos serviços; articulação entre a proteção básica e especial; definição de procedimentos.

Com relação ao eixo V, a qualidade do acesso a orientação ao benefício da prestação continuada; acesso a outros serviços de proteção continuada, veiculação entre o serviços. Desafios: assegurar o uso do benefício para garantir a sobrevivência, aperfeiçoar a veículos de comunicação entre as áreas de assistência; superar as dificuldades que inviabilizem o acesso ao benefício; ter previsibilidade para as questões climáticas.

E finalmente tratou sobre o eixo VI, universalizar o acesso da população a integralidade dos serviços socioassistenciais; necessidades específicas de cada regional; diagnóstico e mapeamento da vulnerabilidade e riscos de direitos.

A apresentação da palestrante encontra-se no Anexo 2 desse relatório.

O mestre de cerimônias ao palco o representante da mesa Sr. Natanael e explicou que

os eixos seriam divididos em grupos, que as discussões seriam realizadas no segundo andar e explicou qual era o caminho percorrido para chegar às salas.

Foi dito o número das salas referentes a cada eixo, para que cada participante pudesse se localizar, e explicou que chegando à sala, seriam auxiliados pelos facilitadores e relatores.

Reforçou que o almoço seria realizado após a discussão nas salas.

A plenária foi então encerrada.

3. Resultado do Credenciamento

O credenciamento teve uma contabilização prévia que determinou a divisão dos grupos nos espaços disponíveis. Após o encerramento do credenciamento às 11:00, conforme regimento, se procedeu a contabilização final. Os números são os que seguem.

EIXO TEMÁTICO	NÚMERO DE INSCRITOS NO EIXO (FICHAS DE CREDENCIAMENTO)	FACILITADOR(A)	RELATOR(A)
Eixo 1 – O cofinanciamento obrigatório da assistência social.	46 INSCRITOS	Simone Henrique	Beatriz Barreiros
Eixo 2 – Gestão do SUAS: vigilância socioassistencial, processo de planejamento, monitoramento e avaliação.	14 INSCRITOS	Patrícia Andrade	Elizangela Claro
Eixo 3 – Gestão do trabalho.	49 INSCRITOS	Rosana Marcondes	Raquel Santos
Eixo 4 – Gestão dos serviços, programas e projetos.	24 INSCRITOS	Mauro Soares	Larissa de Araújo
Eixo 5 – Gestão dos benefícios no SUAS.	39 INSCRITOS	Zélia dos Reis	Marcela Dias
Eixo 6 – Regionalização.	49 INSCRITOS	Fabiana Tock	Janaína Rezende

Resultado da contagem de listas de presença.

Eixo	Nº de assinatura – Manhã	Nº de assinatura – Tarde
Eixo 1	46 assinaturas	38 assinaturas
Eixo 2	14 assinaturas	11 assinaturas
Eixo 3	49 assinaturas	48 assinaturas
Eixo 4	24 assinaturas	17 assinaturas
Eixo 5	39 assinaturas	28 assinaturas
Eixo 6	49 assinaturas	42 assinaturas

O resultado do credenciamento final é o que segue:

- 222 participantes inscritos (ficha de credenciamento preenchida)
- 24 participantes do Poder Público – 23 municipais e 01 estadual.
- 187 participantes da Sociedade Civil – 53 representantes de usuários, 13 representantes de entidades/ONG, 121 trabalhadores sociais.
- 10 observadores.
- 01 convidados.

40 pessoas se candidataram a delegados, o resultado da eleição está contido no item 6. desse relatório.

4. Relatório por eixo

4.1. Eixo I

Os trabalhos do eixo I começaram com a apresentação da facilitadora Simone e com as explicações sobre o eixo. Ela sugeriu aos participantes que já haviam participado de alguma conferência antes desta, que relatassem sobre os processos anteriores. Porém, ninguém se manifestou.

A facilitadora leu a ementa para o grupo e informou-os sobre a metodologia. Um participante leu as deliberações não implementadas.

As discussões transcorreram normalmente e um participante disse que era assistente social em um CRAS e disse que o erro estava na escolha do nome dado a esta conferência, já que, em sua opinião, deveriam ser consideradas regiões com maior vulnerabilidade e maior número de serviços, que no caso não era a Vila Maria. O mesmo participante, mencionou a falta de comunicação entre os serviços de assistência social. E que os serviços nem sempre se davam conta das mudanças que ocorriam e das oportunidades perdidas. E que havia certo isolamento em algumas regiões. Ele citou como exemplo, a questão das audiências públicas que houveram e que foram organizadas pelo COMAS e que resultaram no documento que subsidiou esta pré-conferência.

Outro participante disse que houve também questões sobre o próprio motivo que levou as pessoas a participarem desses encontros. Os participantes acreditavam que “as conferências já haviam caído na mesmice” e não ocorriam avanços. Para ele, todos os anos se discutiam as mesmas coisas, os mesmos pontos e as propostas acabavam se repetindo porque não haviam sido efetivadas.

Falou-se também na falta de “continuidade” nas políticas públicas, que o partidário impedia os avanços, e que toda mudança de governo ou de gestão acabava por desconstruir o trabalho.

Houve uma discussão coletiva sobre a questão de que os CRAS deveriam ter e gerir sua própria verba, ou seja, que não houvesse repasse, e que ele não fosse somente um órgão executor, mas também gestor de seu recurso.

Foi questionado a finalidade do COMAS, um participante afirmou que o COMAS só se fazia presente de fato, na época das conferências, mas no decorrer do ano não se ouvia falar de ações nem movimento por parte do conselho. Um participante se manifestou, enquanto membro da comissão do conselho e disse que muitas são as ações do conselho, e que era preciso que as pessoas se apropriassem mais desses espaços, ou pelos menos consultassem a rede de informações, como o site, e o próprio fórum.

Começou então, uma discussão sobre a iniciativa de se criar um fórum regional. Após esta discussão, voltaram a falar sobre as conferências.

Alguns participantes acreditavam que esses eventos, não devem ser impostos aos trabalhadores, que isso deveria ser uma escolha do trabalhador ou que ao menos fossem feitos em datas ou horários que não prejudicassem o processo de trabalho. Essa pauta acabou por gerar uma proposta.

Os trabalhos fugiram um pouco a ordem metodológica, pois os participantes

discutiram as proposta de forma desordenada, ou seja, se falava de tudo. Houve propostas, discussões, e avaliações, não necessariamente na ordem que foi orientada no começo dos trabalhos, todavia o grupo cumpriu toda a tarefa.

O quadro preenchido do Instrumental 2 pelo grupo e aprovado pela Plenária encontra-se em anexo (Anexo 3).

4.2 Eixo II

Os trabalhos do eixo II tiveram início com a apresentação do facilitador, do relator e dos participantes.

O facilitador explicou o processo de trabalho que iria acontecer na primeira hora, explicando o que deveria ser realizado durante a discussão de grupo.

A facilitadora Patrícia pediu para um participante ler os objetivos e a ementa do eixo II e explicou que o significado do eixo era, em suma, a sistematização das informações.

Um participante elencou como avanços:

- Abertura de novos CRAS e CREAS com aumento de serviços.
- Introdução de instrumentais de monitoramento e avaliação (mas com pouco RH, sobrecarrega os serviços).

Foi feita a observação de que as portarias 46 e 47/2011 eram um avanço, mas que seria necessária a revisão das mesmas.

Com relação às dificuldades, foram elencadas as seguintes deliberações:

- 33. A falta de esclarecimento aos usuários sobre seus direitos sociais.
- 09. Não existem parâmetros de análise.
- 33/09/37. Poucos funcionários no CRAS e CREAS, e equipe insuficiente e específica para cadastramento.
- 55. Falta clareza na deliberação.
- 52. Melhorar estrutura de RH, com formação específica para atendimento geral.

Quanto às recomendações, o grupo elencou as seguintes:

09/2011 - Garantir a criação de mecanismos que possibilitem a estruturação da gestão do trabalho e da política de assistência social para a gestão do território com publicização dos dados na rede socioassistencial. Esfera de Governo: municipal, estadual e federal.

52/2011 - Ampliar a rede socioassistencial em todas as regiões do município, implantando efetivamente uma unidade de CRAS para cada 5.000 famílias referenciadas (conforme previsto na NOB-SUAS e na política nacional de assistência social - PNAS), priorizando os locais de alta vulnerabilidade para enfrentamento da extrema pobreza, de acordo com diagnóstico socioterritorial. Esfera de Governo: municipal, estadual e federal.

37/2011 - Criar plano de divulgação e comunicação da assistência social que divulgue dados da área, bem como o decálogo e os serviços socioassistenciais, e que estabeleça canais de comunicação com a sociedade utilizando linguagem simples e acessível. Esfera de Governo: municipal, estadual e federal.

33/2009 - Realizar pesquisa de satisfação dos usuários com relação aos serviços da rede socioassistencial e aos direitos socioassistenciais. Esfera de Governo: Municipal.

A 55/2011 foi excluída, por falta de clareza.

55/2011 - Garantir à população em situação de vulnerabilidade social o acesso à alimentação diversificada e nutricionalmente balanceada, como medida adicional aos benefícios continuados ofertados pela proteção básica.

Um participante disse já ter visto um gerente, que não conseguia mais trabalhar, pois tinha que ficar assinando instrumentais e realizando relatórios, já que, para todo serviço era necessário fazer relatórios e isso acabava gerando morosidade nos processos de trabalho.

Outra participante defendeu que isso era importante para a sistematizar o serviço e melhorar o RH. Antes da obrigatoriedade dos instrumentais, ela propôs que deveria ter um estudo para estruturar o local de trabalho.

No retorno do grupo após o almoço a facilitadora fez uma dinâmica para ajudar o grupo a ficar desperto e focado no trabalho a ser desenvolvido.

Foi mencionada a falta de profissionais nos CREAS e CRAS, também a demora nos atendimentos, podendo chegar a espera há meses, por falta de profissionais para atendimento e credenciamento.

Os participantes discutiram sobre a comunicação existente entre os diversos serviços e também as propostas do eixo II, que na opinião deles, estavam confusas.

A proposta 55/2011 não foi compreendida pelo grupo, que a julgaram confusa, e alegaram que não dava para saber para quem seria o benefício do alimento. E que a justificativa não condizia com a proposta.

Um participante sugeriu que fossem realizadas mudanças no instrumental de ficha de cadastro, a fim de facilitar o trabalho e se fazer um filtro para saber quantas pessoas estariam no território. Mencionou ainda, que às vezes só se tinha os dados, indo até a área.

O facilitador fez uma dinâmica que durou 5 minutos e em seguida, o grupo propôs as novas deliberações. Foram as seguintes:

- Fortalecimento e ampliação do CEDESP. Esfera municipal.
- Formar um conselho gestor por SAS com participação de usuários, trabalhadores, SUAS e poder público. Esfera municipal.
- Criação de banco de dados único, intersetorial (assistência, saúde, educação) para integrar a comunicação da rede de atendimento. Esferas municipal, estadual e federal.

As 15:48 h os trabalhos do eixo foram concluídos.

O quadro preenchido do Instrumental 2 pelo grupo e aprovado pela Plenária encontra-

se em anexo (Anexo 4).

4.3 Eixo III

Os trabalhos do grupo foram iniciados com a apresentação da facilitadora Rosana, da relatora Raquel e dos participantes.

Foi realizada a leitura da ementa do eixo e foi dito o que seria importante debater.

Os temas abordados foram: plano de carreira e salários, quadro de funcionários, qualificação dos serviços, gestão, equipe multidisciplinar, valorização do trabalhador do CCA, divulgação e visibilidade.

Os participantes foram divididos em 5 grupos para fazerem a escolha das 5 deliberações não implementadas e as 5 recomendadas, por ordem de prioridades.

As não implementadas foram: 07; 57; 31; 03 e 52.

E as recomendadas foram:

57/2009 – Implantar um plano de formação continuada para usuários, trabalhadores, entidades, gestores e conselheiros eleitos para melhor conhecimento dos territórios da assistência social para monitoramento, implantação e ampliação dos serviços socioassistenciais.

31/2009 – Garantir recursos orçamentários para qualificação e instrumentalização de equipes de trabalho da rede socioassistencial conveniada.

03/2011 – Garantir o quadro de recursos humanos dos serviços socioassistenciais previsto nas Portarias, observando as especificidades de cada serviço e dos territórios atendidos, garantindo equipes transdisciplinares nos serviços da rede pública e privada.

07/2011 - Garantir suporte e acompanhamento profissional especializado, para todos os trabalhadores da rede pública e conveniada, envolvendo atendimento psicológico e psicossocial, com vistas à:

a) manutenção e valorização da saúde física e mental dos mesmos.

b) prevenção dos riscos a que estão expostos.

c) melhoria da atuação dos profissionais da Assistência Social junto aos serviços e usuários, contribuindo para o equilíbrio pessoal e redução das pressões do ambiente.

09/2011- Garantir a criação de mecanismos que possibilitem a estruturação da gestão do trabalho e da política de Assistência Social para a gestão do território com publicização dos dados na rede socioassistencial.

21/2011 – Aprimorar, implementar e esclarecer a delimitação dos serviços socioassistenciais, visando:

- esclarecer o papel dos profissionais de acordo com a Política Nacional de Assistência

Social.

- ampliar e alinhar os serviços socioassistenciais aos padrões de qualidade e recursos de infraestrutura física.

52/2011 – Ampliar a rede socioassistencial em todas as regiões do município, implantando efetivamente uma unidade de CRAS para cada 5.000 famílias referenciadas (conforme previsto na NOB-SUAS e na Política Nacional de Assistência Social - PNAS), priorizando os locais de alta vulnerabilidade para enfrentamento da extrema pobreza, de acordo com diagnóstico socioterritorial.

O grupo encerrou os trabalhos com todos os itens preenchidos, exceto a avaliação geral da pré-conferência que não pode ser realizada no grupo, apenas no preenchimento dos formulários individuais.

O quadro preenchido do Instrumental 2 pelo grupo e aprovado pela Plenária encontra-se em anexo (Anexo 5).

4.4 Eixo IV

Os trabalhos do eixo IV tiveram início com a apresentação do facilitador Mauro.

Ele se apresentou e explicou o funcionamento da atividade. Explicou que seriam discutidas as deliberações implementadas, os principais avanços, as principais dificuldades, as deliberações não implementadas e a criação de novas propostas.

Mauro localizou, junto aos participantes, no caderno, a ementa do eixo e fez a leitura da mesma com uma breve explicação.

O facilitador localizou no caderno, 4 deliberações implementadas e pediu para o grupo identificar quais foram os avanços.

Mauro então disse aos participantes que eles teriam de 5 a 10 minutos para identificar os avanços e então discuti-los no grupo. Ele perguntou se os participantes prefeririam se unir em grupos ou olhar de forma individual, para depois discutir com todo o grupo.

O grupo decidiu pela discussão geral no grupo.

Uma das participantes esclareceu dúvidas com o facilitador.

Outro participante apontou que não concordava com o fato da conferência discutir ideias que já foram formuladas, sendo que muitas outras, estariam acontecendo e mereceriam atenção neste momento. E que ele não entendia o porquê do COMAS adotar esse projeto.

Uma participante disse que o que o colega queria dizer é que a metodologia do projeto deveria ser voltada para a criação de novas propostas e não para a discussão de daquilo que já foi formulado.

Outra participante, que fazia parte do COMAS, disse que a organização do evento não foi escolhida pelo COMAS.

Um participante disse que preferia analisar os projetos já em andamento.

Mauro falou sobre a importância das ressalvas feitas pelo participante, mas disse que no momento não havia tempo para discutir essa questão, até porque não era o espaço adequado para isso.

Alguns participantes disseram que o sistema não funcionava de forma efetiva, pois ainda era muito restrito o seu acesso. Por isso, a deliberação 43 não foi considerada como um avanço.

Com relação a deliberação 32, uma das participantes disse que o banco de dados não existia, pois faltavam muitos dados.

Um participante disse que ainda era muito restrito o acesso.

Outra participante disse que a deliberação 32 deveria estar implementado, pois ele existia já em algumas regiões e não em outras.

Mauro leu a deliberação 38 com os participantes e uma das participantes disse que era muito tempo para a realização do monitoramento, pois ele deveria ocorrer anualmente. E todos concordaram.

Com relação a deliberação 54, foi perguntado ao grupo, se estava funcionando de forma efetiva. Uma participante do COMAS que estava presente, disse que uma trabalhadora poderia responder, mas ela havia saído da sala.

Outra participante disse que as informações passadas pelo COMAS e CRAS não se cruzavam.

Um dos participantes pediu para que o COMAS desse uma explicação, pois as informações passadas eram as dos usuários e não do COMAS, e de acordo com eles, a comissão não existia, pois não havia acompanhamento.

A relatora leu tudo o que foi identificado pelo grupo, até o presente momento, com todas as ressalvas realizadas.

Uma participante disse que não houve a criação de um cadastro único de informações.

Relatora retomou a leitura do que tinha sido formulado pelo grupo, e ninguém se opôs.

O facilitador então solicitou ao grupo que identificassem as 3 principais dificuldades.

Foi identificada pelo grupo a dificuldade de comunicação entre os gestores e os executores e a falta de acesso ao banco de dados.

Um dos participantes disse que a fala da representante do COMAS “que a decisão da metodologia da conferência veio de cima”, tirava todo o crédito da participação do trabalhador de serviço social no processo de formulação de políticas.

Outra participante disse que falta a divulgação dos resultados dos monitoramentos.

O grupo então formulou os 3 desafios e foi feita a pausa para o almoço.

Após o retorno das atividades, Mauro explicou que o grupo deveria escolher 5 recomendações não implementadas por ordem de prioridade.

Ele localizou junto aos participantes, as 15 deliberações não implementadas.

Mauro disse que os participantes teriam 10 minutos selecionar as deliberações.

Ele escolheu junto com o grupo as deliberações prioritárias. De acordo com a votação feita pelo grupo, foram escolhidas as seguintes deliberações:

1° - 37

2° - 03

3° - 35

4° - 57

5° - 52

Mauro perguntou se era essa a ordem de prioridade que o grupo desejaria manter. Um dos participantes disse que de acordo com aquilo que foi discutido antes, a 37 realmente deveria ser mantida como primeira.

Mauro perguntou se as demais estariam de acordo com a ordem de prioridade que o grupo almejava.

Uma das participantes esclareceu do porque da escolha das deliberações não implementadas, uma vez que algumas das questões trazidas por elas, já tinham sido apontadas nas implementadas.

O grupo manteve ordem das deliberações.

Mauro falou que o grupo deveria formular três novas deliberações.

Um dos participantes disse que poderia ser criada uma nova deliberação com base na deliberação 36, para separar a questão da autonomia e recurso.

Uma das participantes disse que as deliberações novas eram voltadas para a criação de novas propostas e não para a reformulação de coisas já criadas.

Um participante disse que reformular um artigo já feito era criar algo novo.

Outra participante disse que não havia necessidade da criação de novas propostas, mas de efetivação das propostas elaboradas.

Uma das participantes trouxe como proposta a formação específica para gestores e outra participante trouxe como proposta que não houvesse a necessidade de recebimento de PTR para o acesso ao CCA.

O grupo então elaborou a seguinte deliberação: Universalização do acesso aos serviços de proteção básica, priorizando o risco social do usuário, sem a necessidade do beneficiário estar inscrito no PTR.

Uma das participantes trouxe a proposta de formação específica para o profissional de assistência social. E foi então, formulada a seguinte proposta com base no que foi trazido pela participante:

Capacitação específica e continuada para o trabalhador social na prestação de serviços de inclusão, com objetivo de cumprir as meta de 10% de atendimento a pessoas com deficiência, como definido pela SMADS.

Foram então encerradas as atividades do eixo IV.

O quadro preenchido do Instrumental 2 pelo grupo e aprovado pela Plenária encontra-se em anexo (Anexo 6).

4.5 Eixo V

De início a facilitadora pediu aos participantes que se apresentassem. Destacou-se na sala o número elevado, quase predominante, de participantes do segmento dos usuários.

Os trabalhos do grupo foram iniciados com a leitura das deliberações não implementadas.

Uma participante assinalou que era preciso levar em conta que os centros de assistência eram benefícios de um tipo, de serviço direto. Outro tipo de benefício era BPC e os oferecidos pelo CRAS.

Foi destacada também a diferença entre o BPC (INSS), PTR, onde o cadastramento era feito no CRAS e o Ação Jovem.

Os participantes levantaram que, no que se referia ao BPC, o CRAS fazia um cadastro que servia para o Ministério do Desenvolvimento Social.

Outra participante ressaltou que às vezes os idosos não saiam de casa porque não sabiam da existência desses espaços. E perguntou sobre a localização do CRAS e a sua área de abrangência.

Em seguida passou-se a discussão acerca das dificuldades.

Uma participante relatou a dificuldade de obter benefício para o filho que possuía diabetes. Outros membros do grupo argumentaram que essa era uma questão referente à área da saúde.

Outro participante pediu que fosse colocada na lousa sua necessidade em relação ao número de ônibus para o Parque Novo Mundo. Participantes disseram que essa era uma problemática de responsabilidade da *SP Trans*.

Foi levantada também, a questão da falta de assistentes sociais e o fato de o último concurso ter aberto vagas para várias áreas em detrimento das vagas para assistentes sociais. Isso criou uma dificuldade, por exemplo, no serviço de cadastramento do CRAS, que pela insuficiência de assistentes sociais tinha sobrecarregado alguns funcionários.

Os participantes destacaram também, que a ideia preconizada pelo SUAS, não era só

dar o benefício, mas inserir aquela pessoa em todo um sistema para sair da situação vulnerabilidade social em que se encontrava.

Depois desse momento, passou-se então para a escolha das prioridades entre as deliberações não implementadas.

Debateu-se sobre a questão da alimentação na escola e de como as privatizações/terceirizações não foram uma boa opção, pois trouxeram um empobrecimento nutricional para os alunos, a partir, por exemplo, da utilização de alimentos enlatados.

Após a pausa para o almoço o grupo retomou a discussão com a elaboração das novas propostas.

Foi assinalado que os Benefícios de Prestação Continuada, apesar de serem gerenciados pelo INSS, eram financiados pela verba vinda da Secretaria de Assistência Social.

Em relação à proposta de uma participante, de que o benefício para deficientes físicos fosse oferecido, independente do critério de renda, outro participante assinalou para o funcionamento dos serviços públicos que configurariam um tripé: a previdência, destinada somente a quem contribuía; a saúde, de caráter universal e a assistência social, destinada àqueles que necessitavam.

Foi argumentado que a Secretaria da Assistência Social deveria ter maior comunicação com a Secretaria do Trabalho. Deveria haver um projeto de ligação da bolsa, por exemplo, com a procura de emprego, ou a realização de um curso profissionalizante.

Questionou-se o fato do critério limitante da renda *per capita* não levar em consideração as despesas da família. Foi ressaltado o fato de somente uma pessoa, de uma mesma família, poder receber o benefício. Se tiver dois deficientes em uma mesma família, só seria pago um benefício. A única exceção era o benefício do idoso, os quais podem receber até dois membros de uma mesma família.

Foi destacada a importância dos agentes comunitários de saúde. Mas, sua efetividade dependeria da boa vontade individual. Seria preciso, portanto, que se tornasse uma sistemática de atendimento, e isso para todas as áreas. Seria necessário que o SUAS privilegiasse em seu funcionamento, a intersectorialidade.

Foi pensada na proposta de implantação de protocolos que padronizassem os atendimentos. Mas, para outra participante, não havia necessidade de uma normatização, pois esse já era um dever dos trabalhadores.

Foi proposta também a criação de um fluxo da rede de atendimento com devolutivas. Assim seria possibilitada a efetivação da intersectorialidade entre todas as políticas públicas.

Foi destacada também a importância de serem colocadas demandas para as três esferas de governo.

Houve dificuldade no grupo na proposição de uma terceira deliberação.

Foi cogitada a possibilidade de uma conferência que unisse educação, saúde e assistência social.

O grupo lembrou o Projeto BPC na escola, que diagnosticou um número grande de

alunos com deficiência e com dificuldade em ir para a escola. Era preciso que a assistência buscasse essa união com a educação. Toda escola teria que ter uma equipe multidisciplinar.

Foi proposta a implantação da assistência social na escola.

Foi também levantada à questão dos limites das conferências, de como elaborar propostas que perpassassem outras secretarias.

O quadro preenchido do Instrumental 2 pelo grupo e aprovado pela Plenária encontra-se em anexo (Anexo 7).

4.6 Eixo VI

O eixo VI discutiu a regionalização. A facilitadora Fabiana se apresentou e pediu que os demais fizessem o mesmo.

Passou-se então para a leitura da ementa do eixo e as explicações da metodologia que seria empregada, como o preenchimento do instrumental.

Foi realizada a análise dos principais avanços:

- Ampliação dos serviços na regional, abertura de 1 um CRAS (Vila Medeiros), CREAS, três CCA, 1 CJ, 1 Núcleo Convivência do Idoso, NCI, NPJ, 2 SAICA, Centro de Defesa e Cidadania da Mulher, CDCM.

Abertura de serviços foi devido a extensa demanda de assistência social na região. Chácara Bela Vista, Vila Sabrina, Vila Guilherme precisavam de serviço, visto que concentravam alta incidência de vulnerabilidade social. Segundo foi discutido, ainda existiam os bolivianos que não eram acompanhados. A ampliação do serviço não garantiu a contratação de nova equipe, então técnicos do CRAS tiveram que se dividir entre os serviços.

- Supervisão coletiva com coordenação da SAS possibilitou uma integração da gestão do serviço.
- Ações pontuais que visavam à integração entre as secretarias. Supervisora da SAS garantiu uma articulação de todas as instituições da Educação na região, em reunião trimestral.

Principais dificuldades elencadas pelo grupo foram:

- Demanda crescente de imigrantes e dificuldade de garantia do atendimento dessa população.

O número de imigrantes bolivianos na região tem aumentado e ainda não existe política de atendimento a essa população.

Falha na política migratória, que não tem controle sobre a chegada de imigrantes e não oferece condições para eles se estabelecerem.

- Dificuldade de articulação/comunicação entre as secretarias, caracterizada pela informalidade.

Ausência de políticas públicas que viabilize a integração dos serviços.

- Aumento da incidência de violência, tráfico de drogas, prostituição infantil, criminalidade, população flutuante, ação opressiva da Polícia Militar e ausência de fiscalização.

Aumento da população flutuante e usuária de drogas, principalmente em algumas regiões, Parque Novo Mundo, Jardim Julieta, Terminal de Carga.

A descentralização da Cracolândia espalhou a população usuária de crack e em situação de rua em outras regiões da cidade.

O grupo comentou ainda a ação opressiva da Polícia Militar na abordagem das crianças e da população em geral.

Foi feita a leitura e a explicação das deliberações anteriores, não implementadas.

Deliberação 23 de 2009

Deliberação 67 de 2009 – Envolvimento da esfera municipal.

Deliberação 26 de 2009 – Envolvimento das três esferas de governo: municipal, estadual e federal.

Deliberação 37 de 2011 – Envolvimento da esfera municipal.

Deliberação 35 de 2011 – Envolvimento das três esferas de governo: municipal, estadual e federal. Foi dito que o encaminhamento dessa questão dependia de uma articulação com o poder legislativo, visto que dependia da alteração da lei.

Os participantes do grupo relataram que era possível, pois esta articulação já havia sido realizada na Saúde.

Deliberação 34 de 2011 - Foi mencionado que outras deliberações tratavam dessa questão de forma mais completa.

Deliberação 36 de 2011 - SAS dessa região convocava todos os conselhos mensalmente. Proposta defendia a garantia de autonomia, porém o conceito era vago.

Deliberação 55 de 2011 - Os serviços socioassistenciais da SAS já oferecem alimentação balanceada e as nutricionistas produzem material técnico de orientação. Em 2010, houve um aumento expressivo na verba da Assistência Social destinada à alimentação.

Deliberação 56 de 2011 – Deliberação recomendada, mas seria mais pertinente ao eixo I, cofinanciamento, já que referia-se a questão orçamentária. Foi discutido sobre o Programa Renda Mínima, vinculado ao governo municipal, enquanto o Programa Bolsa Família era do governo federal.

A operacionalização do Programa Renda Mínima se deu no território, já que o usuário deveria realizar o cadastro no seu território de referência.

Deliberação 52 de 2011 – Esferas municipal e estadual. Essa deliberação estava sendo implementada, já que a justificativa indicava um prazo de até 2016, já que, já foi aprovado recurso.

O grupo elencou as seguintes deliberações novas:

- Estabelecer protocolo intersetorial para o atendimento da população em situação de alta vulnerabilidade social, tal como: dependentes químicos, pessoas em situação de rua, pessoas em sofrimento psíquico, idosos, pessoas com deficiência, vítimas de violência e exploração sexual, entre outros.
Competência: Municipal, Estadual e Federal.
A partir da identificação de que havia uma dificuldade de comunicação entre as secretarias, seria importante definir qual o protocolo para atender integralmente a população através de uma articulação de todas as secretarias.
Constatação de que ainda não havia uma rede de trabalho estabelecida. Definição de protocolos poderia favorecer a realização de uma ação.
- Criar em cada Subprefeitura um Conselho Intersetorial/ intersecretarial, composto por gestores, trabalhadores e usuários, da Saúde, Meio Ambiente, Segurança, Assistência Social, Esporte, Cultura, Habitação e Educação, para discussão de políticas públicas e articulação de ações em conjunto.
Competência: Municipal
A criação de conselhos dessa natureza já foi proposta no governo da Marta Suplicy, porém não foi encaminhada, devido à mudança de governo.
Tais conselhos poderiam fortalecer as subprefeituras, de modo a vincular uma dotação orçamentária aos territórios.
Relação entre as secretarias só se daria formalmente quando a situação estivesse instalada. Caso contrário, as relações se dariam informalmente, de acordo com as relações pessoais.
- Desenvolver política de apoio e assistência ao migrante.
Na Zona Norte tinha o Centro de Apoio ao Migrante – CAMI, vinculado a Igreja Católica.
Problema era maior do que a competência da Assistência, o que dificultou a formulação de deliberação.
Desenvolvimento de moção para denúncia dessa situação.
- Implantar serviços na Assistência Social e demais secretarias, que visassem atender a jovem de 14 a 16 anos de idade, que residissem em territórios de maior vulnerabilidade social e violência.
Competência: municipal.
Problema com a violência devido ao aumento da vulnerabilidade social da população em algumas regiões da área da SAS.

O grupo discutiu sobre as competências das esferas de governo no SUAS.

E foi dito que Cabia a cada esfera, as seguintes atribuições:

Federal: garantia a determinação das orientações e diretrizes, bem como o financiamento da política do SUAS.

Estadual: financiamento, fiscalização e acompanhamento da implementação da

política.

Municipal: operacionalização da política.

Após esta discussão, os trabalhos do grupo foram encerrados.

O quadro preenchido do Instrumental 2 pelo grupo e aprovado pela Plenária encontra-se em anexo (Anexo 8).

5. Plenária Final

Para a plenária final foram convocados os integrantes da mesa de trabalho.

A mesa procedeu com a leitura das moções, que atingiram o número mínimo de assinaturas previstas.

- Referente à destinação de 5% do orçamento para a Assistência social.
- Referente à participação dos estagiários nas conferências.

Foi entregue uma moção referente à necessidade de serviços especializados para atendimento de imigrantes latino americanos. Porém não foi aprovada e irá para o Conselho por ter atingido mais do que 20 assinaturas.

As moções apresentadas encontram-se no Anexo 9 desse relatório.

Foram feitas as discussões por eixo.

O eixo I apresentou destaque da deliberação 20 de 2011, item k, que tratava da compra de equipamento que resulta em aquisição de patrimônio. Foi alertado quanto ao fato de não responsabilizar o técnico do serviço por problemas referentes ao patrimônio público.

Apesar de esta deliberação ser listada no caderno como, em andamento, o grupo avaliou que deveria ser elencada como recomendação devido a sua importância.

Foi realizado um destaque no item “sugestões para novas conferências”, que tratava da divulgação de audiências públicas de monitoramento das conferências, relatando que isso já era realizado pela Comissão de Organização da Conferência, desde a organização da X Conferência Municipal de Assistência Social.

Fo esclarecido que os problemas foram referentes às VIII e IX Conferências.

O eixo I foi aprovado por contraste.

Partiu-se para a leitura do instrumental produzido na discussão do eixo II. Não houveram destaques e o eixo II foi aprovado por contraste.

Com relação ao eixo III, feita a leitura do instrumental, foi destacado o item “principais dificuldades”, quando o grupo apontou como dificuldade o atendimento de demanda diversificada.

Após uma breve discussão da plenária sobre o eixo, uma nova redação foi aprovado por contraste.

Uma participante destacou a dificuldade na proporção de contratação de profissional que não era compatível com a demanda do serviço.

O eixo III foi aprovado por contraste.

Foi realizada a leitura do instrumental produzido pelo eixo IV.

Uma pessoa propôs destaque ao item “deliberações novas”, a primeira proposta.

A redação foi questionada com relação a negar a necessidade de cadastro das famílias no PTR.

Esclarecimento dado foi que a lei previa a priorização das famílias inscritas no PTR, em relação às em risco social. O grupo discutiu a proposta que toda pessoa em vulnerabilidade tenha direito aos serviços de atenção básica, mesmo que ela não esteja inscrita no PTR.

Nova proposta de redação: Universalização do acesso aos serviços da proteção básica, priorizando o risco social do usuário, independente de ser beneficiários pelos PTRs.

A nova redação foi aprovada por contraste, e o eixo IV também foi aprovado por contraste.

Houve um agradecimento ao Grupo Raio de Sol, do NCI Dom Macário, no qual 14 integrantes se apresentariam sob a regência de Maria Concebida, porém não houve a apresentação devido ao atraso do horário.

Foi realizada então a leitura do instrumental produzido pelo eixo V.

Não houve destaques e o eixo V foi aprovado por contraste.

Com relação ao eixo VI, foi proposto destaque do item “Deliberações novas”, da terceira proposta, com relação à necessidade de criação de novos serviços para a idade de 14 a 16 anos, já que essa faixa era atendida pelo CCA, até os 14 anos de idade e pelo CJ, a partir dos 15 anos de idade.

Um participante prestou esclarecimento alegando que essa faixa etária tinha atendimento mínimo na região do Parque Novo Mundo, que se encontrava em alta vulnerabilidade social, e que deveria se pensar na ampliação da faixa etária para acesso ao CJ.

A plenária questionou sobre a possibilidade de alteração da tipificação dos serviços.

O eixo VI foi aprovado, com alterações.

Após a aprovação dos eixos, iniciou-se a eleição de delegados, cujo resultado está no item 6 desse relatório.

Informações Gerais.

Nome da SAS	SAS VILA MARIA/VILA GUILHERME
Identificação da Conferência	MG
Datas e período de realização	03/07/2013 das 09h00min às 18h00min
Número total de participantes	222

Número de Delegados(as):

Sociedade Civil			Governamentais	
Usuários(as)	Trabalhadores	Entidades	Municipais	Estaduais

Eventos preparatórios de mobilização que antecederam a Conferência

Tipo de evento de mobilização	Nº de eventos de cada tipo	Nº de participantes			
		Usuários	Representantes de Organizações	Trabalhadores Sociais	Poder Público
(X) Pré-conferência	01	53	13	121	24
() Plenárias					
() Palestras					
() Debates públicos					
(X) Reuniões	13	53	02	07	03
(X) Encontros temáticos	01	09	01	38	10
() Outras formas:					

OBS: Na pré-conferência, além do número acima apresentado, considerar mais 10 participantes como observadores e 01 como convidado, perfazendo um total de 222 participantes.

6. Delegados

Segue a lista de delegados aprovados pela pré-conferência de Vila Maria/Vila Guilherme.

MARILEIDE MARIA DA CONCEIÇÃO	ONG/ENTIDADES
NATANAEL DE JESUS OLIVEIRA	ONG/ENTIDADES /COMAS
ALCIONE MARIA LORENÇO	USUÁRIOS
EDNA MARIA DA SILVA	USUÁRIOS
JOANILDES DE SOUZA RODRIGUES	USUÁRIOS
MARCIA MACEDO	USUÁRIOS
MARIA CRISTINA GIMENEZ GONÇALVES DE QUEIRÓS	USUÁRIOS
MARIA HELENA FONSECA VITÓRIO	USUÁRIOS
PAULA CRISTINA RIBEIRO NASCIMENTO GALVÃO	USUÁRIOS
GISELE RAMOS DE OLIVEIRA	TRABALHADORES SOCIAIS
CLEIDE GIRON	GESTORES MUNICIPAIS
ELIZABETE PEREIRA DE MELO DA SILVA	GESTORES MUNICIPAIS
SILVIA APARECIDA LACERDA	GESTORES MUNICIPAIS
SUSANA DE ALMEIDA SILVA	GESTORES MUNICIPAIS
MARLY NEVES	TRABALHADORES MUNICIPAIS
MIRTES MARTINS DE FIGUEIREDO ALVES	TRABALHADORES MUNICIPAIS
NEIRE MORAIS	TRABALHADORES MUNICIPAIS
PAULA APARECIDA NICÁCIO PACHECO	TRABALHADORES MUNICIPAIS
PAULO SENCIANO GONÇALVES	TRABALHADORES MUNICIPAIS
REGINA P. DE ANDRADE	TRABALHADORES MUNICIPAIS
THEREZINHA S. MAXIMO	TRABALHADORES MUNICIPAIS
WILSON CARLOS SIMÕES DE OLIVEIRA	TRABALHADORES MUNICIPAIS
ARLETE APARECIDA RODRIGUES	OBSERVADORES
MIRIAM CRISTINA ZACCARIAS	OBSERVADORES
NATÁLIA RIBEIRO DOS SANTOS BRANDELLI	OBSERVADORES
VALDICLÉIA MARTINS SOUZA	OBSERVADORES

7. Avaliação da Pré Conferência

Foram respondidas 163 fichas de avaliação. A maioria das respostas ficou entre *Bom* e *Muito Bom*.

Segue quadro de análise quantitativa:

Item de avaliação	Valoração					
	Excelente	Muito Bom	Bom	Regular	Ruim	Sem resposta
Metodologia aplicada na Pré-Conferência.	10	51	74	21	05	02
Divulgação/mobilização da Pré-Conferência.	11	24	72	46	07	03
Informação/subsídios de apoio à Pré-Conferência (Cadernos, Instrumentais e Texto-Base).	18	49	70	22	01	03
Infraestrutura na Pré-Conferência (Local e estrutura física).	33	73	53	03	01	00
Acessibilidade da Pré-Conferência.	28	63	58	06	04	04
Alimentação na Pré-Conferência.	18	44	67	22	09	03

Com relação ao questionamento “Você considera que o evento cumpriu com a finalidade proposta?”, os participantes se manifestaram da seguinte forma:

SIM	NÃO	SEM RESPOSTA
113	21	29

Foram efetuados também comentários sobre esse item, que estão listados na íntegra e sem correções:

- Direcionar o evento à pessoas habilitada (com carga de informação) a discutir o assunto.
- A assistência social abrange setores diversificados que apresenta suas próprias necessidades e a conferência apresenta propostas muito amplas, mas que não convém com a realidade do dia-a-dia de cada serviço.
- Na verdade foi a maneira conferência que participei e no início achei um pouco cansativo, mas foi ótimo ter me inteirado sobre a situação atual (relacionado ao tema proposto).
- Houve troca com todos e agregou bastante informações e conhecimento. Gostaria de participar de outros.
- Em partes, pois vimos muitas propostas discutidas em ano anteriores e que não foram atendidas. Desanima.
- Este ano achei mais organizado. Não tinha aglomerações tão imensas na hora da Alimentação. Buffet Bom.
- A facilitadora Rosana foi muito bem na condução do grupo e nas estratégias utilizadas no eixo 4.
- As minhas expectativas nesta conferencia foram boas correspondeu bem o contesto.

- Sente falta da participação de representantes dos conselhos tutelares, da Educação e Saúde.
- Acho que existem muitos temas p/ se debater em tão pouco tempo e c/ tanta diversidade de pessoas e que essas pré-conferências deveriam ser desmembradas por serviços, assim, acho que ficariam mais objetivas e também apresentam o autor(s) das propostas.
- Bom, na minha opinião, muitas propostas deixam de ser cumpridas.
- Porque já existe tudo formalizado no papel e as respostas só vamos ver com o decorrer do tempo.
- Almoço reforçado da próxima vez.
- O assunto discutida, não foi desenvolvida ou bem aplicada
- Ou seja discutiu-se sem bases teóricas claras.
- Muitas idéias foram levantadas, idéias que se repetem e multiplicam, inclusive fora da conferência.
- As facilitadoras foram excelentes auxiliando as reflexões e esclarecendo as dúvidas
- Com o intuito de avaliar as propostas da conferência de 2012 e pontuar novas propostas
- A pré conferência conseguiu realizar o objetivo.
- Achei a pré-conferência foi excelente
- faltou acessibilidade
- Sou aposentada e é a 1ª vez que participo de conferencia Municipal de Assistência Social de São Paulo; gostei muito espero poder participar de outras que certamente vai acontecer. Parabéns a todos.
- Sim, teve muito debate e propostas.
- Mediante aos temas propostos, sim.
- O tempo é insuficiente para aprofundar as questões que muitas vezes exigem um conhecimento preciso do assunto.
- foi muito produtiva, e aprendi muitas coisas que eu não sabia foi ótimo participar dessa conferencia.
- Sobre renda familiar para os idosos, e a alimenta para pessoas que necessitam mais entrada da referência da convivência da mulher.
- Percebo que muitas pessoas não tinham o conhecimento prévio do objetivo de cada eixo.
- Algumas discussões sem o foco.
- Se manteve dentro do esperado
- Sim. Todos puderam se expressar sobre as questões sociais de cada área conforme suas necessidades.
- A participação quase, dá totalidade dos trabalhadores sociais, usuários, estabilidades, voluntários fortaleceu as discussões e trouxe esclarecimentos importantes p/ vislumbrar a próxima conferência
- Acredito que o evento atingirá o objetivo quando as propostas se realizarem e forem concretizadas.
- A finalidade de discutir foi concluída, mas infelizmente a demora é grande para concluí-los.
- Evento muito importante, mas as deliberações são todas "Não Implantadas". Ou em "Andamento" o que desanima para as próximas conferências e credibilidade.
- Porém, deve-se haver melhoria na discussão dos recursos para a Assistência Social.
- E um bom momento para discutirmos os novos direitos e reivindicar direitos não cumpridos e desta forma foi proveitosa, então esperamos vê melhorias nas áreas faladas.
- Sim mas faltou foco principal na face
- Palestra para esclarecimentos do evento foi de fundamental importância (eixos bem objetivos)
- Discutir com os grupos de trabalhadores sociais às dificuldades enfrentadas diariamente para dar continuidade no trabalho.
- Sem comentários.
- Porém poderia ter possibilitado e liberdade de se efetivar o levantamento dos principais objetivos a serem tratados de acordo com os participantes com a região.

- Acredito que a finalidade deveria ser discutir os problemas regionais apresentando propostas adequadas a gestão dos serviços, programas e projetos.
- Por se tratar de pré conferência Regional, deveria tratar das prioridades territoriais.
- Precisa ser dado voz aos problemas locais.
- O evento cumpriu com finalidade proposta de discutir estratégias de aprimoramento dos serviços públicos.
- A finalidade não foi atingida totalmente devido ao pouco tempo para discussões tornando superficiais.
- Faltou maiores informações sobre os eixos no momento do credenciamento, principalmente para os participantes que não acompanharam as outras pré-conferências.
- Foi muito rápido a apresentação do perfil e serviços assistenciais; não houve tempo p/ questionamentos.
- Houve muito tempo dispensado p/o início do evento e considero que acabou prejudicando o tempo p/ discussão nos eixos.
- É necessário ouvir a comunidade.
- A possibilidade de discutir atinge o objetivo. No entanto a comunicação e informação se faz necessário para que se melhore o desempenho.
- Sem espaços para grandes discussões, mas acredito que tenha cumprido a finalidade.
- Para que podemos tira duvidas para pré-conferencia que temos de mais.
- Muitas questões ficam sem respostas, e muitas propostas não são efetivamente aceitas.
- Não houve respostas concretas quanto ao que já está em andamento e praticamente nada do que antes foi deliberado foi feito.
- Usou muitos termos técnicos e não avaliou direito seu público.
- Observou-se que todas as conferências anteriores, nada foi concluído.
- Pelo que pude observar em todas as conferências anteriores, pouco é realmente concluído, finalizado, sempre empurrando os problemas, as necessidades dos usuários para o próxima conferência, que ainda será discutida no próximo ano.
- Apesar de sim, creio que essas finalidade precisem ser revisadas e melhor divulgadas.
- Porque voltamos a discutir as questões anteriores, não ajustadas.
- Ficou bem clara as propostas que já foram parcialmente implantadas, porém o facilitador pontuais perfeitamente como deveríamos observar tais ações e o que propor de melhorias
- Conforme o que foi “imposto”.
- Na recepção poderia ser fornecido pranchetas para os participantes, preencherem as fichas com mais comodidade.
- Sendo a 1ª vez que participo da pré conferência achei muito interesse e de fácil entendimento o mecanismo de discussão das deliberações.
- Acho que cumpre com 70% da finalidade já que o conteúdo é muito extenso para o tempo delimitado.
- Conforme “imposto”

Já para as questões relacionadas a Avaliação Geral da Pré-Conferência foram apontadas as seguintes respostas, na íntegra e sem correções:

- PONTOS POSITIVOS
 - Discussões em grupo nos fizeram conhecer os outros serviços.
 - Autoridades Competentes.
 - O evento ser aberto para toda população.
 - Metodologia Boa.
 - Local, caderno, material bom.
 - Dialogo bom entre grupos.
 - Facilitador Bom.
 - Entrar em novas propostas para serem efetuadas no nosso dia-dia para a melhora da sociedade.

- Boa Dinâmica e ótima aplicação das discussões em grupo.
- Oportunidade de ouvir o outro lado, os diferentes visões dos trabalhos dos SUAS
- Organização.
- Alimentação.
- Bastante participativo, com facilitadora do eixo 6 muito preparo para propiciar as discussões.
- O caderno para discussão dos eixos muito bom, não deixou dúvidas nas perguntas e compreensão.
- Dinamismo dos orientadores.
- Cooperação dos participantes.
- Local de fácil acesso.
- Conhecimentos de “tais” matérias que não tinha idéia.
- Esclareceu dúvidas e se fez relevante a participação de todos os presentes que se pronunciaram, ou que quiseram deixar suas idéias em pauta para discussões e possíveis mudanças.
- Compartilhar os conhecimentos e problemas e conhecer pessoas que estão realmente preocupadas com o bem estar da população.
- Organização dos facilitadores.
- Possibilidade de participar de decisões futuras em benefício a sociedade.
- Aprendizado e o debate sobre assuntos pertinentes as melhorias da cidade.
- Organização das pessoas que conduziram o grupo. Espaço de discussão e novas propostas.
- Cadernos/ Instrumentais e texto-base muito bem organizado/ resgatando as propostas anteriores.
- Discussão do eixo bastante esclarecedora.
- Discussão democrática.
- As pessoas que participam das discussões muito educada e isso é muito bom para evolução dos trabalhos.
- Saúde, Educação, um Bom salário segurança. Acabar com a Corrupção.
- Tudo positivo saúde principalmente.
- Saúde educação e inclusão da população na sociedade no geral.
- Saúde Educação inclusão da População na sociedade.
- Todos os pontos foram positivos.
- Exposição das propostas, abertura para opinião e construção de propostas.
- O esclarecimento de como funciona certos órgãos e serviços.
- O debate e a comunicação entre os participantes.
- Organização, assessora 1ª, facilitador.
- Gerenciamento monitoramento do serviço público, acompanhamento da renda familiar pelo menos meio salário mínimo.
- Discussão sobre a renda per-capita referente BPC.
- O consenso com relação as propostas e os termos.
- Avaliação 2011 nº56
- Avaliação 2011 nº55
- Avaliação 2011 nº33
- Ter o alimento da renda familiar, mais atendimento nos hospitais.
- E não sei entra no trecho mais ter mais ônibus princ. do parque novo mundo, e ter menos moradores de ruas e menos quadras de futebol.
- Trabalho em equipe.
- Liberdade p/ expor todos seus pontos de vista.
- O trabalho realizado pela equipe de organização.
- A palestra realizada no final.
- Debates no eixos e integração entre poder público e sociedade civil.
- Participação de todos o segmentos.
- Organização.
- Debate sobre o eixo 5 a participação de todos.
- Organização- reivindicação de cada necessidade.
- A mediação da liderança no eixo 6 é nota 10 excelente.
- A troca de informações, os debates as propostas etc...

- Os grupos de discussões.
 - Novas implantações, novas elaborações, tanto para área financeira, para melhorarmos equipamentos sociais para famílias carentes capacitação de mão de obra, novos CRAS e realizações de concursos públicos.
 - Mediadora e relatora facilitou a discussão dos temas.
 - Participação de todos no seu eixo (SALA).
 - Ótimo local.
 - As mediadoras e as reladoras facilitou o trabalho e agilizou.
 - Tomada de conhecimento, das dificuldades encontradas nas CCA, CRAS, CREAS.
 - Ver resultado m tudo que foi falado.
 - Parte da tarde.
 - As das pessoas foram bem produtivas.
 - Ponto negativo nenhum ponto positivo por enquanto.
 - Elaborar propostas e união das pessoas.
 - A contratação de uma organização para a condução dos trabalhos.
 - Discutir as propostas não implementadas e encontrar formas de realiza-las ou não, de acordo com as prioridades na população.
 - Discussão.
 - Reflexão.
 - Refletir e discutir.
 - Determinar o trabalho de assistência e troca de experiência.
 - Facilitadoras e relatora bem informadas o que fez com que a discussão tivesse êxito.
 - Organização do café e almoço.
 - Organização café, almoço.
 - Debates e divisões dos grupos por eixo café da manhã regular.
 - Café da manhã organizado, organização na divisão dos grupos.
 - Avaliar as propostas não implantadas, apontando as principais necessidades da população!
 - Discussão de grupo.
 - Reflexão.
 - A participação dos usuários, trabalhadores e poder público.
 - Exposição da situação (deliberações em andamento ou não).
 - Troca de informação.
 - Instalações.
 - Troca de experiência.
 - Discussão e articulação do contexto dos serviços públicos e seu aprimoramento.
 - Organização/ localização/local/material.
 - Na minha opinião eu achei ótima essa pre-conferência.
 - Nenhum.
 - Debate entre as envolvidas.
 - A luta dos gestores e trabalhadores para finalizar e colocar as questões.
 - A tentativa dos gestores, trabalhadores em colocar as necessidades dos usuários em questões reflexivas.
 - Possibilidade de debate.
 - Sentimento de pertencimento no processo de formação da politica publicas.
 - Os debates pertinentes aos serviços sociais.
 - Os esclarecimentos realizados pelo facilitador.
 - A condição das GT's. de maneira a mobilizar a discussão.
 - Clareza e facilidade para as colocações e discussões.
- PONTOS NEGATIVOS
- Nenhuma deliberação anterior foi bem implementada.
 - Convocar pessoas que não dominamos assuntos abordados.
 - Ter um pouco de desorganização.
 - Banheiro longe.
 - Proposta que foram questionadas e não foram cumpridas.
 - Dificuldade para interpretação das informações de discussão.
 - Muitas horas num único dia, fica cansativo.

- Atraso.
- Não identifiquei.
- O atraso para o início da conferência.
- Muito extenso, cansativo.
- Espaço de tempo curto e deveria ter presença de pessoas estruturada no assunto ou seja: Explicação.
- Deveria ter pessoas mais qualificadas como usuário e trabalhador social, além disso o tempo de 1 dia é curto para um assunto tão abrangente.
- Nenhum.
- Mais divulgação nas instituições.
- Horário apertado.
- Atraso no início da conferência e consecutivamente na programação (tempo!).
- Atraso no início da pré-conferência.
- Tempo curto.
- Atraso no início dos trabalhos.
- Faltou acessibilidade, faltou audiodescrição, áudio, braille e interpreta libras.
- Não foi positivo e sim negativo.
- Nos na realidade nada é feito sinto muito.
- Não foi possível incluir na discussão todos os pontos negativos que não vividos na sociedade.
- A saúde em si é vista parcialmente.
- A saúde não é cuidada no geral.
- Mais propostas que beneficiem os idosos e crianças.
- Ampliação das propostas para idosos, Ficando sempre restrita.
- Faltou água nas salas dos eixos (2º andar), dificultando o acesso.
- Dificultando o atendimento da vigilância do quadro.
- E que o mundo muda muito mais ainda, porque está muito ruim, tem muito a mudar ainda.
- Pessoas que não possuem conhecimento de trabalho social.
- O almoço.
- Pessoas sem conhecimento do trabalho socioassistencial.
- O almoço.
- Palestra de apresentação do trabalho exigido.
- Pontualidade para o início proposta - almoço.
- A palestra foi mais lida do que reflexiva.
- Não poderemos sugerir reivindicações de outras secretarias para efetivação do trabalho da assistência social.
- O atraso que ocorreu.
- O retorno das deliberações.
- As propostas não são efetivadas.
- Retorno em propostas da parte das propostas anteriores que não houve visitas de fiscalização em prédios e até hoje não foram repassados até agora recursos para as entidades da parte do governo.
- Atraso no início da pré conferência.
- Intervalo para almoço foi curto.
- Horário mais flexível.
- Atraso.
- Horário- atrasos para começar/ pouco tempo para credenciamento 9:00h (até as 11:00) só que o início da abertura era 9:15.
- Que muito pouco se avançou nas propostas criadas desde 2009.
- O não andamento das propostas.
- Todas as deliberações em andamento ali não implementadas desde 2009. Concluímos que a atenção não é dada de maneira correta.
- Parte da manhã pouco produtiva.
- Ponto negativo porque sempre batendo na mesma tecla.
- Não ter retorno das propostas antigas.
- Não houve “avanço”.
- Não houve “resposta”.

- Falta de efetividade da última conferência.
- O assunto é desconhecido (ou melhor, pouco divulgado) para se poder discutir os assuntos pertinentes.
- Discussão saiu fora do tema principal.
- Poucos trabalhadores nesta discussão.
- Eixos já pré definidos.
- Atraso no credenciamento.
- Melhorar o almoço, ter um lanche depois do almoço devido ficar no período integral.
- Almoço, por ser um período integral.
- Credenciamento muito demorado.
- Demora na concretização dos debates (atraso) almoço ruim, já que ficamos o dia todo.
- Almoço não planejado, poderia ser melhor por ser período integral e não chegar a uma finalização e demora nos debates.
- O Assunto é desconhecido, não divulgado e tem muitas deliberações que já deveriam estar implantadas.
- Participação de um número pequeno de profissionais da área.
- Alimentação, organização e a empresa contratada.
- A não autonomia dos assuntos abrangidos.
- Assuntos dirigidos, sem questionamento dos problemas territoriais.
- Tempo muito reduzido p/ tantas questões importantes grupos de trabalho foram muito dirigidos, não permitindo a discussão de questões q. emergiam nos grupos desrespeito aos horários (atraso).
- Não houve participação por parte dos usuários a discussão foi encaminhada pela empresa.
- Tudo muito a longo prazo.
- Tempo limitado para o evento.
- Os antecedentes de informação e comunicação.
- Não houve contagem nas horas de votação da plenária.
- O tempo foi extremamente curto para discutir assuntos que se dizem implantados há 02 anos.
- Ampliar a autonomia e os recursos do COMAS na promoção do controle social e da participação social.
- Falta de divulgação e de acesso aos termos técnicos utilizados durante toda a conferência “anulando” a participação do trabalhador e do usuário.
- Discutir o que já foi discutido em outras conferências.
- A falta de conclusão, de uma finalização das problematizações. Cadê os resultados das discussões???
- Comida. Pautas direcionadas.
- Poucas deliberações anteriores implantadas e as que implantadas de forma parcial.
- As questão comentadas o item 7.
- Uma vez que são chamadas funcionários, usuários etc.
- Nos eixos deveriam ser mais explicados os papéis que deveríamos desempenhar, fiquei completamente deslocada.
- Comida acabou.
- Água nos GT'S.
- Atrasos no início dos trabalhos e pouco tempo para a quantidade de discussões necessárias.

➤ SUGESTÕES PARA FUTURAS CONFERÊNCIAS

- Não ler o que já está escrito (faltou tempo p/ abordar assuntos).
- No caderno do pré-conferencista incluir o significado das siglas utilizadas nos textos.
- Ser organizado em relação ao roteiro, para não ter constrangimentos.
- Local p/ almoço com mesa e cadeira p/ senta.
- Diminuir o tempo da conferência e cumprir as propostas solicitadas.
- Maior esclarecimento das informações para que usuários e trabalhadores consigam entender com maior clareza e possam discutir e propor suas opiniões e necessidades.
- Dividir em 2 dias de atividades.

- Manter a qualidade.
- Dividir em 2 dias, meio período.
- Pessoas bem qualificadas para melhoramento de dúvidas.
- Que os participantes das próximas conferências possam receber um material de apoio para estudarem todos os assuntos abordados para falarem e participarem com mais prioridade.
- Que seja mais divulgada nos serviços do setor.
- Recursos materiais/visuais p/ pessoas c/ deficiência.
- Inserida a acessibilidade.
- Que sejam cumprido os que foi discutido e desejado.
- Abrir portas para que o idoso possa ter mais acesso a seus direitos, sem discriminação.
- Colocar pessoas do mesmo nível em salas reparadas.
- Sobre o salario do aposentado que é uma urgência nacional e também sobre o dinheiro que esta para sair o atrasado do IMPS.
- Vamos ajudar os idosos mais tímidos, e que não entre na renda exigida.
- Tratar principalmente dos idosos, na totalidade dos problemas emocionais, direitos assistenciais.
- Resolutiva das reivindicações propostas em tempo hábil, civis da próxima.
- Sugestão maior.
- Acho que as conferencias deveriam ocorrerem de 3 em 3 anos, e num intervalo o poder público promover encontros c/ os 3 segmentos p/ aprimorar/ dos eixos. Obrigada!
- Implantar moradia para os idosos.
- Dar mais atenção.
- Carolina Velano de Oliveira.
- Maior divulgação.
- + Dinâmicas.
- Maior divulgação para alunos em faculdades.
- Menos palestras e mais dinâmicas de apresentação do trabalho exigido.
- Pontualidade na programação.
- Almoço em horário mais conveniente.
- Resolutiva das reivindicações propostas nas conferencias da próxima conferencia
- Melhorar a mobilização.
- Maior divulgação compromisso e respeito c/ as propostas sugeridas.
- Novos concursos, para que tenham mais assistente sociais, psicólogos, pedagogos, em entidades, CRAS, para que possa atender melhor a população de forma adequada, para um mundo melhor, a união é fundamental e só se fala, se projeta e não se cumpre.
- Ser informado com antecedência sobre a conferência.
- Mais tempo para o almoço e não só ½.
- Antecipar as inscrições antes, retirada dos crachás já prontos não ter cafezinhos p/ não atrasar ou mais simples.
- Autonomia as entidades para os gastos orçamentários e melhorias dos equipamentos.
- Tudo se cumprir nesse País.
- Conclusão das propostas com mais eficiência.
- Não obrigatoriedade de presença, pois o assunto deve ser discutido por pessoas que o entenda.
- Explicar e esclarecer os assuntos e os termos utilizados.
- Uma parada específica para este tipo de evento.
- Ter duas pedagógicas específica.
- Programar com antecedência a pré conferencia para no mês não atrapalhar as paradas pedagógicas.
- Melhorar: quando tiver conferência, ter também uma parada para o planejamento pedagógico no equipamento.
- Melhorar o almoço e termos duas paradas no mês para planejar o pedagógico.
- O equipamento prejudica com a conferencia por não poder fazer duas paradas.
- Que as propostas e as deliberações sejam efetivadas.
- Alteração da metodologia.

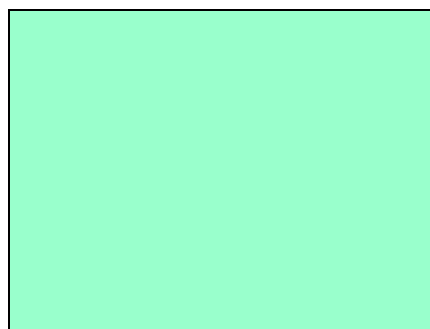
- Discutir novas propostas, pois as já discutidas anteriormente deve ser monitoradas pelo órgão competente apenas. Tempo da conferência é escasso para discutir deliberações antigas apenas.
- Maior poder de voz aos participantes no que realmente é prioritário.
- Como articular a rede? A questão da intersectorialidade.
- Que a próxima conferência regional seja em espaço p/ discussão dos problemas da região
- Melhorar os métodos de divulgação, ampliando as possibilidades de participação.
- A conferência deveria ser realizada no mínimo com duração de 2 dias.
- Melhorar a metodologia, ampliando um pouco mais o espaço para o debate.
- Criar uma homepage com todas as informações de discussões, decisões, documentos.
- Seria necessário bem antes do que meio período, tal vez período integral para discutir o assunto antes de elaborar a frase central a ser apresentada.
- Garantia á população em situação de vulnerabilidade social o acesso à alimentação nutricionalmente balanceada, como medida adicional aos benefícios ofertados pela proteção básica.
- Palestras mais esclarecedoras antes das pré conferência.
- Palestra esclarecedora antes dos debates mais tempo de debate.
- Discutir o que realmente foi implantado e que funcione.
- A discussão e finalização, em uma mesma conferência de temas/ assuntos que verdadeiramente identifiquem as necessidades prioridades dos usuários.
- Que nos eixos participem representantes do poder publico e outras esferas a combinar.
- Para futuras participações sugerir que façam uma interação melhor entidades convocados.
- Pontuar com transparência as ações realizadas, com devolutiva aos serviços.
- Melhor alimentação, fazer em 2 dias.
- Ser feita em 2 momentos.
- Ter a disposição pessoas mais esclarecidas para as dúvidas mais específicas.
-

Anexos

Anexo 1 – Apresentação da SAS Vila Maria/Vila Guilherme

Slide 1

Slide 2



Slide 3

X CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

TEMA:

A GESTÃO E O FINANCIAMENTO NA EFETIVAÇÃO DO SUAS

Slide 4

SUBPREFEITURA DE VILA MARIA

TRÊS DISTRITOS:

- VILA MARIA;
- VILA GUILHERME;
- VILA MEDEIROS.

Slide 5

CENSO IBGE 2010 - São Paulo - Norte		
Distrito	População	Densidade demográfica (habitante/Km²)
CASA VERDE	65.624	13.298,32
LIÃO	80.229	13.049,65
CACHOEIRINHA	143.523	19.875,38
BRASILÂNDIA	264.918	24.148,63
FREGUESIA DO Ó	142.327	16.257,86
JACANÁ	94.609	14.144,37
TREMEMBÉ	197.258	4.828,90
PIRITUBA	167.931	12.290,91
SÃO DOMINGOS	84.843	8.671,73
JARAGUÁ	184.818	9.094,44
PERUS	80.187	6.368,38
ANHANGUERA	65.859	2.300,99
SANTANA	118.797	10.278,10
TUCURUVI	98.435	11.590,52
MANDAQUI	107.590	13.753,49
VILA GUILHERME	54.331	8.254,30
VILA MARIA	113.463	10.752,29
VILA MEDEIROS	129.919	18.335,09
NORTE	2.214.654	12.126,85
Município SP	11.253.503	7.387,69

Slide 6

PERFIL DA POPULAÇÃO

- **POPULAÇÃO:** 296.356 – pessoas;
- 49.594 CRIANÇAS – 17%
- 25.257 ADOLESCENTES – 9%
- 42.620 IDOSOS – 14%
- 178.885 PESSOAS ADULTAS – 60%
- 26.972 PESSOAS - IPVS 5 e 6 (ÍNDICE PAULISTA DE VULNERABILIDADE SOCIAL) – + ou - 9% (Pessoas residentes em setores censitários de alta e muito alta vulnerabilidade social).

Slide 7

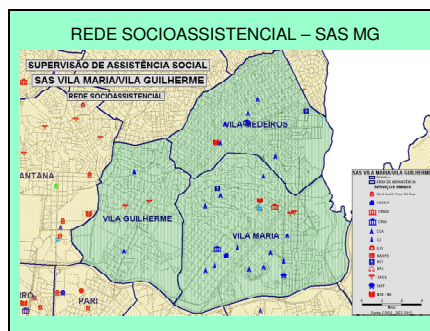
INDICADORES DE VULNERABILIDADE

TOTAL DE MORADORES EM DOMÍCIOS PARTICULARES PERMANENTES = 296.356

INDICADORES	VILA MARIA GUILHERME	TOTAL CIDADE	MÉDIA CIDADE
RENDIMENTO MENSAL DO DOMÍCIO PERMANENTE PER CAPTA ATÉ ½ SAL. MÍNIMO	10,572	476,427	15,369
DOMÍCIOS EM SETORES CENSITÁRIOS 5 e 6	7,483	510,815	16,478
Nº DE DOMÍCIOS EM ÁREAS SUBNORMAIS	4,604	355,553	11,469
TAXA DE MORTALIDADE (por 1.000 habitantes)	7,31	6,0	6,0
TAXA DE MORTALIDADE POR AGRESSÃO (por 100.000 habitantes)	13,1	13,0	11,0
Taxa de mortalidade por agressões (homicídio) da pop. Masc. de 15 a 29 anos, por local de resid. (por 100.000 homens entre 15 e 29 anos)	37,07	40,0	35,0
TAXA DE ADOLESCENTES (15 a 19 anos) EM RITO INFRACIONAL - A CADA 100	2,91%	3%	3%
TAXA DE AGRESSÃO À MULHERES (por 10.000 mulheres)	8,0	13,0	14,0

Fonte: IBGE Censo 2010, SEADE, Nossa São Paulo, DATASUS
Elaboração: COPIS/SIMADS - Dez 2012

Slide 8



Slide 9

REDE SOCIOASSISTENCIAL – SAS MG

SAS VILA MARIA/ VILA GUILHERME	Nº DE SERVIÇOS	%
PROTEÇÃO BÁSICA	27	77,14
PROTEÇÃO ESPECIAL	MÉDIA COMPLEXIDADE	5
	ALTA COMPLEXIDADE	3
TOTAL	35	100

Fonte: COPIS/SIMADS - Dez 2012

Slide 10

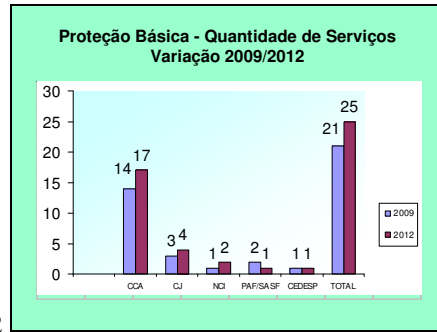
REDE SOCIOASSISTENCIAL – SAS MG

SERVIÇOS SAS MG			
PROTEÇÃO BÁSICA		PROTEÇÃO ESPECIAL	
CRAS - Centro de Referência de Assistência Social	02	CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social	01
CEDESP - Centro de Desenvolvimento Social e Produtivo para Adolescentes, Jovens e Adultos	01	MÉDIA COMPLEXIDADE	
CCA - Centro para Crianças e Adolescentes	17	CDCM - Centro de Defesa e de Convivência da Mulher	01
CJ - Centro para Crianças e Adolescentes	04	NPJ - Núcleo de Proteção Jurídica Social e Apoio Psicológico	01
NCI - Núcleo de Convivência de Idoso	02	MSE-MA - Serviço de Medida Socioeducativa em Meio Aberto	02
SASF - Serviço de Assistência Social à Família e Proteção Social Básica no Domicílio	01	TOTAL	05
TOTAL	27	ALTA COMPLEXIDADE	
		SAICA - Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes	03
		TOTAL	03

Fonte: COPIS/SIMADS - Dez 2012

Rede Socioassistencial Conveniada Proteção Básica				
Tipologia	2009		2012	
	Nº Serviços	Capacidade	Nº Serviços	Capacidade
CCA'S	14	2.215	17	2.695
CJ	03	490	04	600
NCI	01	90	02	220
PAF/SASF	02	1.500	01	1.000
CEDESP	01	400	01	400
Total	21	4.695	25	4.915

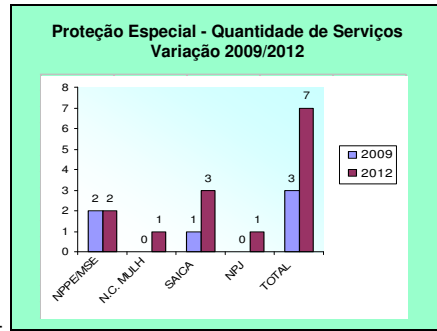
Slide 11



Slide 12

Rede Socioassistencial Conveniada Proteção Especial Média E Alta Complexidade				
Tipologia	2009		2012	
	Nº Serviços	Capacidade	Nº Serviços	Capacidade
MSE-MA	2	240	2	180
SAICA	1	20	3	60
CENT. DEF. CONV.MULH	0	0	1	100
NPJ	0	0	1	120
TOTAL	3	260	7	510

Slide 13



Slide 14

APORTE FINANCEIRO 2009/2012 - Proteção Básica					
Tipologia	ANO	Custo Mensal		Custo Anual	
		2009	2012	2009	2012
CCA	2009	RS 253.251,87	RS 303.039.022,44	RS 114,33	RS 1.371,98
	2012	RS 629.032,08	RS 7.548.384,96	RS 233,40	RS 2.800,80
CJ	2009	RS 71.707,88	RS 860.494,56	RS 146,34	RS 1.756,68
	2012	RS 168.188,44	RS 2.018.273,28	RS 288,31	RS 3.363,72
CEDESP	2009	RS 71.305,62	RS 855.667,44	RS 178,26	RS 2.139,12
	2012	RS 128.811,74	RS 1.545.740,88	RS 322,02	RS 3.864,24
SASF	2009	RS 46.778,95	RS 561.347,40	RS 31,18	RS 374,16
	2012	RS 41.378,77	RS 496.557,24	RS 41,37	RS 496,44
NCI	2009	RS 5.489,93	RS 65.879,16	RS 60,99	RS 731,88
	2012	RS 26.187,88	RS 314.254,68	RS 119,03	RS 1.428,36
TOTAL	2009	RS 448.534,25	RS 5.382.411,00	RS 531,10	RS 6.375,20
	2012	RS 995.800,92	RS 11.923.211,04	RS 996,13	RS 11.953,56

Slide 15

APORTE FINANCEIRO 2009/2012 - Proteção Especial					
Tipologia	ANO	Custo Mensal		Custo Anual	
		2009	2012	2009	2012
MSE-MA	2009	RS 88.087,13	RS 828.885,56	RS 287,78	RS 3.452,76
	2012	RS 82.845,33	RS 994.143,96	RS 480,25	RS 5.323,00
SAICA	2009	RS 35.413,05	RS 424.956,60	RS 1.770,85	RS 21.247,80
	2012	RS 171.170,71	RS 2.054.048,52	RS 2.852,84	RS 34.234,08
NPJ	2009	RS 0,00	RS 0,00	RS 0,00	RS 0,00
	2012	RS 25.268,92	RS 303.227,04	RS 210,57	RS 2.526,84
C. DEF. CONV. MULH	2009	RS 0,00	RS 0,00	RS 0,00	RS 0,00
	2012	RS 24.814,69	RS 297.776,28	RS 249,14	RS 2.977,68
TOTAL	2009	RS 104.470,18	RS 1.253.642,16	RS 2.058,38	RS 24.700,56
	2012	RS 304.039,65	RS 3.649.195,80	RS 3.771,80	RS 45.261,60

Slide 16

CUSTOS – SET/2012

Proteção Básica

- Custo Mensal : R\$ 993.600,92
- Custo Anual : R\$ 11.923.211,04

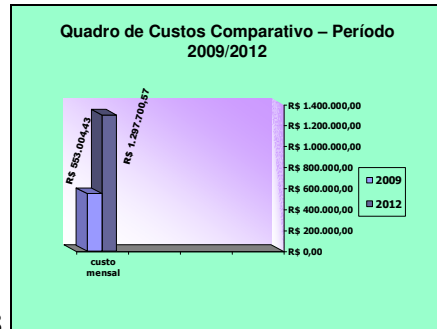
Proteção Especial

- Custo Mensal: R\$ 304.039,65
- Custo Anual: R\$ 3.649.195,80

Custo Geral da SAS Regional Vila Maria/Vila Guilherme

- Mensal: R\$ 1.297.700,57
- Anual: R\$ 15.572.406,84

Slide 17



Slide 18

Programas de Transferência de Renda									
DISTRITO/ENDERÇO	CBA	PER (R\$) 04/12		RCP (R\$) 04/12		RCP (R\$) 04/12		PER (R\$) 04/12	TOTAL
		04/12	04/12	04/12	04/12				
CASA VERDE/LINHAO/CACROBIRMA	CACROBIRMA	8995	1368	848	2	16	6281		
FREGUESIA DO Ó/BRASILEIRA	BRASILEIRA I	8174	1065	731	1	35	6608		
	BRASILEIRA B	2784	881	562	2	16	4235		
IACANGA/TREMENSE	IACANGA	14917	1033	517	23	38	3299		
	TREMENSE	4231	1418	1805	23	94	6823		
PERUI/ARANGUERA	ARANGUERA	4153	122	176	13	148	2062		
	PERUI	2597	544	358	30	185	3711		
PURTURA/ARAGUA/SÃO DOMINGOS	ARAGUA	4408	1324	912	5	39	6686		
	SÃO DOMINGOS	2012	1448	768	6	4	5128		
SANTANA/TUCURUI/MANHUAÍMA	MANHUAÍMA	14137	998	396	27	2	2458		
	TUCURUI	388	995	271	24	1	1690		
VILA MARIA/VILA GUILHERME/VILA MEDRÃO	VILA GUILHERME	333	597	229	3	3	1165		
	VILA MEDRÃO	1628	1374	925	0	56	3688		
TOTAL		42847	15944	8084	192	727	73721		

Slide 19

Fontes de Referência:

- Coordenadoria do Observatório de Política Social - COPS/SMADS - Dez 2012;
- Supervisão de Planejamento e Observatório de Política Social - CAS Norte - SPOPS - Maio 2013;
- Relatório de Gestão CAS-Norte 2009-2012 - Plan/DEZ-2012;
- Roteiros de trabalho das pré-conferências: CAS-Centro-Oeste, CAS Sul, CAS-Norte e CRAS Mooca, Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social - SMADS - São Paulo 2013;
- CENSO IBGE 2010;
- DATASUS;
- SEADE;
- Nossa São Paulo;
- TAVARES, Giselle de Cássia -Orçamento, Financiamento e Controle no Sistema Único de Assistência Social - SUAS, Palestra proferida na Oficina 24 "Financiamento da Assistência Social", VI Conferência Nacional de Assistência Social, Brasília, 2007.

Slide 20

Anexo 2 - Palestra ministrada por Rosemary Ferreira de Souza Pereira

X CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO PAULO
A GESTÃO E O FINANCIAMENTO NA EFETIVAÇÃO DO SUAS

(1)

Slide 1

Gestão e Financiamento no SUAS

Junho/2013

(2)

Slide 2

Finalidade da gestão no SUAS

(3)

Slide 3

as decisões na política pública de assistência social são como a lua que é sempre inteira, mas em suas diferentes fases vai nos revelando partes iluminadas, que ora estão ao alcance dos nossos olhos, ora não.

(4)

Slide 4

5. Direito do usuário à acessibilidade, qualidade e continuidade

Direito, do usuário e usuária, da rede socioassistencial:

- à escuta,
- ao acolhimento
- ser protagonista na construção de respostas dignas, claras e elucidativas ofertadas por serviços de ação continuada, localizados próximos à sua moradia, operados por profissionais qualificados, capacitados e permanentes, em espaços com infraestrutura adequada e acessibilidade, que garantam atendimento privativo, inclusive para os usuários com deficiência e idosos.

(5)

Slide 5

10. Direito ao controle social e defesa dos direitos socioassistenciais

Direito, do cidadão e cidadã ser informado de forma pública, individual e coletiva sobre:

- as ofertas da rede socioassistencial, seu modo de gestão e financiamento; e
- os direitos socioassistenciais, os modos e instâncias para defendê-los e exercer o controle social, respeitados dos aspectos da individualidade humana, como a intimidade e a privacidade.

(6)

Slide 6

Gestão = materialidade das intenções

(7)

Slide 7

Gestão na Assistência Social

(8)

Slide 8

Práticas de gestão que materializam a participação

(9)

Slide 9

X Conferência Municipal de Assistência Social

TEMA:
A Gestão e o Financiamento na efetivação do SUAS

(10)

Slide 10

Slide 11	<p style="text-align: center;">Objetivo</p> <p>Analisar, propor e deliberar, com base na avaliação local, as diretrizes para gestão e financiamento do SUAS, reconhecendo a corresponsabilidade de cada ente federado.</p>	Slide 12	<p style="text-align: center;">X Conferência</p>
Slide 13	<p style="text-align: center;">EIXO 1: O COFINANCIAMENTO OBRIGATÓRIO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL</p>	Slide 14	<p style="text-align: center;">O que está em debate</p> <ul style="list-style-type: none"> • Cofinanciamento da assistência social pelos três entes federados com alocação de recursos próprios no respectivo fundo de assistência social. • Estruturação do Fundo de Assistência Social e sua gestão pela área específica da assistência social. • Acompanhamento pelo Conselho de Assistência Social do uso do IGD. • Utilização de no mínimo 3% do IGD no aprimoramento e fortalecimento do controle social.
Slide 15	<p style="text-align: center;">O que está em debate</p> <ul style="list-style-type: none"> • Participação do Conselho no processo de elaboração, apreciação e aprovação da proposta orçamentária da área, do Plano de Assistência Social, bem como do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual. • Acompanhamento da execução do Plano de Assistência Social pelo Conselho. • Acompanhamento, apreciação e aprovação do Conselho da execução orçamentária e financeira dos recursos geridos pelo Fundo. • Lei de Responsabilidade Fiscal e a contratação de servidores públicos. 	Slide 16	<p style="text-align: center;">Alguns desafios</p> <ul style="list-style-type: none"> • Tornar a linguagem do financiamento acessível a todos os segmentos do Sistema; • Transparência e prestação de contas de todos os recursos (financiamento direto e renúncia);
Slide 17	<p style="text-align: center;">EIXO 2: GESTÃO DO SUAS: VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL, PROCESSOS DE PLANEJAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO</p>	Slide 18	<p style="text-align: center;">O que está em debate</p> <ul style="list-style-type: none"> • Vigilância socioassistencial incorporada à gestão das SUAS (planejamento, prevenção e notificação e reconstrução de direitos). • Criação, produção e utilização de indicadores municipais de assistência social com base no olhar da vigilância socioassistencial. • Organização da busca ativa no município. • Efetivação do Prontuário SUAS.
Slide 19	<p style="text-align: center;">Alguns desafios</p> <ul style="list-style-type: none"> • Considerar demanda não somente quem chega ao serviço; • Precárias ou inexistentes estratégias de partilha de informação na política e entre políticas; 	Slide 20	<p style="text-align: center;">EIXO 3: GESTÃO DO TRABALHO</p>

Slide 21	<p>O que está em debate</p> <ul style="list-style-type: none"> Estágio de implementação da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – NOBRH/SUAS no município. Segurança normativo-jurídica e as condições objetivas para a reconfiguração do trabalho social desenvolvido na gestão e no atendimento prestado à população. Realização de concurso público para ampliação do quadro de servidores efetivos e a instituição de carreira específica para os trabalhadores do SUAS. 	Slide 22	<p>O que está em debate</p> <ul style="list-style-type: none"> Cofinanciamento federal e o pagamento das equipes de referência, responsáveis pela organização (gestão) e oferta dos serviços, programas, projetos e benefícios dos SUAS Enfrentamento à precarização dos vínculos trabalhistas, com a adoção de formas flexíveis e precárias de trabalho informal, parcial, temporário, terceirizado, contratação por meio de pregão eletrônico, que compromete a continuidade e a permanência dos serviços e dos servidores públicos. Capacitação, formação com planejamento.
Slide 23	<p>Alguns desafios</p> <ul style="list-style-type: none"> Processos de formação continuados e voltados à criar segurança na produção de respostas; Intervenção menos processual e mais assentada na garantia de direitos, particularmente os direitos 5º e 10º do decálogo dos direitos socioassistenciais. 	Slide 24	<p>EIXO 4: GESTÃO DOS SERVIÇOS, PROGRAMAS E PROJETOS</p>
Slide 25	<p>O que está em debate</p> <ul style="list-style-type: none"> Acompanhamento da gestão dos serviços socioassistenciais no município. Controle social e a fiscalização do desempenho da oferta dos serviços de proteção social básica (PSB) e de proteção social especial (PSE) prestada em parceria entre a rede socioassistencial. Serviços de PSB e PSE e sua vinculação aos CRAS e ao CREAS. Desenvolvimento da ação em rede e a operacionalização entre CRAS e de CREAS. Reordenamento dos serviços de acolhimento. 	Slide 26	<p>O que está em debate</p> <ul style="list-style-type: none"> Controle social nas etapas de implementação da Política de Assistência Social: planejamento, acompanhamento, avaliação e fiscalização da oferta dos programas, serviços e benefícios socioassistenciais. Monitoramento dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais do SUAS objetivando verificar a assertividade e efetividade das ofertas (provimentos).
Slide 27	<p>Alguns desafios</p> <ul style="list-style-type: none"> Ampliação de cobertura dos serviços – compromisso com demandas; Olhar o sistema para além das unidades estatais, articulando proteção básica e especial; Definir procedimentos nos serviços adequados aos problemas que se quer enfrentar e em conformidade com as respostas que se quer produzir. Não é improviso!! 	Slide 28	<p>EIXO 5: GESTÃO DOS BENEFÍCIOS NO SUAS</p>
Slide 29	<p>O que está em debate</p> <ul style="list-style-type: none"> Qualidade do acesso à orientação, encaminhamento e requerimento do BPC. Condições e formas de acesso dos beneficiários do BPC aos serviços socioassistenciais e as demais políticas públicas. Ações intersetoriais, como os programas BPC/ESCOLA e BPC/TRABALHO, na ampliação da proteção social. Regulamentação e publicização dos critérios, valores e forma de acesso aos benefícios eventuais. Benefícios e Programas de transferência de renda (BPC, Bolsa Família e os demais de âmbito municipal e estadual) e sua integração com os serviços socioassistenciais. 	Slide 30	<p>Alguns desafios</p> <ul style="list-style-type: none"> Compreender benefício como instrumento para assegurar o direito à sobrevivência e para combate à desigualdade de renda; Aperfeiçoar fluxos de comunicação entre políticas para que não haja prejuízo na atenção aos beneficiários; Superar o estabelecimento de critérios morais e excludentes impedindo acesso a benefícios; Ter previsibilidade e planejamento para situações climáticas de incidência constante;.

Slide 31

EIXO 6: REGIONALIZAÇÃO

31

Slide 33

Alguns desafios

- Assegurar atenção e definir responsabilidades para áreas de divisa municipal;
- Estabelecer responsabilidade compartilhada com a instância estadual para atenção a situações de dimensão intermunicipal.

33

Slide 32

O que está em debate

- Universalizar o acesso da população à integralidade dos serviços socioassistenciais.
- Formatos de regionalização considerando as necessidades sociais e serviços.
- Diagnóstico estadual sobre vulnerabilidades, riscos e violação de direitos e mapeamento estadual da rede socioassistencial.
- Reconhecimento de diversidade na população nos municípios.

32

Slide 34

A tarefa

São necessárias ações para reduzir o sofrimento humano em ser excluído, propulsão de forças para restaurar a auto-estima face à discriminação. [Os usuários] reclamam da necessária humildade dos agentes institucionais que os tratam como seres desprovidos da capacidade de saber o que desejam ou do que necessitam. A pessoa que recorre, [por] exemplo, a um hospital não busca só atendimento médico. O tratamento que recebe deve reconhecer sua dignidade humana, sua singularidade individual e sua identidade social. (Sposati: 2007)

34

Anexo 3 - quadro preenchido do instrumental 2 pelo Eixo I - aprovado

Instrumental 2- Registro e Sistematização da Pré-Conferência Regional de VILA MARIA/VILA GUILHERME 2013 – Eixo I – "O cofinanciamento obrigatório da assistência social" – APROVADO

8.1 Análise e Deliberações por eixo – Principais avanços

8.1. Principais avanços

O grupo entende que não houve avanços.

8.2. Análise e Deliberações por eixo – Principais dificuldades

8.2. Principais dificuldades

Reavaliar a forma de divulgação: A informação existe, todavia não está publicizada de forma adequada.

Garantir que as discussões democráticas de controle social (conferências) entrem no calendário dos serviços, sem prejudicar o andamento das demais atividades pedagógicas e principalmente prejudicar o andamento das atividades internas.

8.3 Análise e Deliberações por eixo - Outras observações

8.3. Outras observações

Desenvolver política municipal de qualificação permanente e salários adequados aos trabalhadores sociais para um atendimento digno, referente à Política de Assistência Social e os direitos dos usuários, de acordo com a NOB-RH. (O grupo acredita que essa deliberação não está nem em andamento, ela não foi efetivada)

Destinar recursos para a melhoria e adequação dos espaços físicos, onde os serviços são desenvolvidos, reestruturando-os para inclusão e acessibilidade de pessoas com deficiência. (segundo o grupo as vistorias foram feitas, mas não houve o repasse de recurso público)

Sistematização das Recomendações (Deliberações anteriores não implementadas e que são pertinentes manter na agenda para consolidar o SUAS). Até cinco recomendações por eixo, em ordem de prioridade.

8.7.Recomendação	8.8.Esfera de Governo			Outras políticas	Demais Poderes (Judiciário e Legislativo)
	Município	Estado	União		
23 - Garantir participação efetiva dos usuários da assistência social no Plano Plurianual e Orçamentário.	x	x	x		
52 - Ampliar a rede socioassistencial em todas as regiões do município, implantando efetivamente uma unidade de CRAS para cada 5.000 famílias referenciadas (conforme previsto na NOB-SUAS e na Política Nacional de Assistência Social - PNAS), priorizando os locais de alta vulnerabilidade para enfrentamento da extrema pobreza, de acordo com diagnóstico socioterritorial.	x		x		
26 - Fazer gestão junto à SEMPLA e Câmara Municipal para garantir em 2010 a dotação de no mínimo 5% do orçamento federal, estadual e municipal para os respectivos fundos de assistência social, sem vinculação com a verba destinada ao BPC (Benefício de Prestação Continuada).	x	x	x		

<p>20 - Adequar as Portarias n. 46/47/SMADS/2010 e os editais de audiências públicas, de modo a contemplar a inclusão ou alteração das seguintes matérias:</p> <p>a) Instituição de isonomia salarial entre os trabalhadores sociais da rede estatal e conveniada, bem como a equiparação de todos os demais direitos trabalhistas;</p> <p>b) Estabelecimento de adicional de insalubridade para trabalhadores em determinados serviços da rede socioassistencial;</p> <p>c) Previsão para pagamento de dissídio para trabalhadores da rede socioassistencial indireta;</p> <p>d) Aumento do número e diversificação dos profissionais que constituem as equipes de referência nos serviços tipificados, dimensionando a quantidade e a especialidade dos profissionais de acordo com a realidade de cada serviço e região;</p> <p>e) Inclusão de técnicos da área de saúde para os serviços de acolhimento;</p> <p>f) Aumento dos recursos humanos no quadro de RH da Assistência Social;</p> <p>g) Inclusão de trabalhador volante no quadro de RH da Assistência Social;</p> <p>h) Ampliação em 15% dos recursos destinados ao item RH dos convênios) Previsão de horas técnicas para todos os serviços da proteção básica e especial;</p> <p>j) Inclusão na Portaria 47 do artigo constante da antiga Portaria 28, que flexibiliza o repasse de recursos observando as especificidades regionais;</p> <p>k) Flexibilização e autonomia para utilização dos recursos repassados às entidades conveniadas para contratação e compra de equipamento;</p> <p>l) Garantir data limite para: (a) fechamento e abertura dos orçamentos anuais; (b) repasse da verba da Assistência Social e da verba adicional para todos os convênios; (apesar da deliberação estar em “andamento”, o grupo entende ser uma deliberação de grande importância e deve ser reforçada para que seja efetivada)</p>	X				
<p>24 - Instituir nova lei que disponha sobre as políticas públicas de Assistência Social operadas via convênios e parcerias com entidades e organizações sem fins lucrativos, que contemple as seguintes matérias:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Garantia do repasse de recursos financeiros para as organizações conveniadas referentes à décima terceira parcela e reajuste anual sem atraso; • Garantia de reajuste anual do valor de todos os convênios de acordo com Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA); • Aumento do valor dos recursos financeiros de todos os convênios da rede socioassistencial para a capacitação de gestores, trabalhadores e usuários atendidos; (apesar da deliberação estar em “andamento”, o grupo entende ser uma deliberação de grande importância e deve ser reforçada para que seja efetivada) 	X				

Propostas novas de deliberação (propostas ainda não apresentadas e deliberadas nas conferências anteriores para efetivar o SUAS Local)

9. Deliberações novas	Esfera de Governo		
	Munic.	Estad.	União
Criar fóruns regionais para tratar questões pertinentes ao financiamento das políticas de assistência social	X		
Garantir recurso financeiro as unidades CRAS para: •contratar serviços de oficinairos e/ou horas técnicas de profissionais especializados, para trabalhos com famílias nos CRAS; •aumentar as equipes de referência, garantindo a aplicação da PNAS e a pontualidade do atendimento com concessão de benefício eventual (em especial nos períodos de fechamento e abertura dos orçamentos anuais). •fomentar parcerias entre a rede conveniada e o empresariado local.	X	X	X
Destinar recursos para efetivação de concurso públicos com a finalidade de ampliar o quadro de RH da rede socioassistencial.	X		
Antecipação da verba mensal dos serviços conveniados.	X		

10.2 Avaliação geral da Pré-Conferência

10.2.Principais pontos negativos
Falta de efetividade nos trabalhos das pré-conferências.

10.3 Avaliação geral da Pré-Conferência

10.3.Sugestões para futuras conferências
Implementação de todas as deliberações.
Maior compromisso das SAS na divulgação das devolutivas (resultado do acompanhamento das deliberações, como, por exemplo, audiências públicas de monitoramento e controle das deliberações das conferências).

Anexo 4 - quadro preenchido do instrumental 2 pelo Eixo II - aprovado

Instrumental 2 - Registro e Sistematização da Pré-Conferência Regional de VILA MARIA/VILA GUILHERME 2013 – EIXO II “Gestão do SUAS: vigilância socioassistencial, processo de planejamento, monitoramento e avaliação” – APROVADO

8.1 Análise e Deliberações por eixo – Principais avanços

8.1. Principais avanços
Abertura de novos CRAS e CREAS com aumento de serviços.
Introdução de instrumentais de monitoramento e avaliação.
Portaria 46 e 47/2011.

8.2. Análise e Deliberações por eixo – Principais dificuldades

8.2. Principais dificuldades
Deliberação 33. Falta esclarecimento aos usuários sobre seus direitos sociais.
Deliberação 09. Não existem parâmetros de análise.
Deliberação 33/09/37. Poucos funcionários no CRAS e CREAS, equipe insuficiente específica para cadastramento.
Deliberação 55. Falta clareza na deliberação.
Deliberação 52. Melhorar estrutura de RH, com formação específica para atendimento geral.

8.3 Análise e Deliberações por eixo- Outras observações

8.3. Outras observações
A Portaria 46 e 47/2011 é um avanço, mas hoje, há necessidade de ser revista;
Como o RH é insuficiente, sobrecarrega os funcionários.

Sistematização das Recomendações (Deliberações anteriores não implementadas e que são pertinentes manter na agenda para consolidar o SUAS). Até cinco recomendações por eixo, em ordem de prioridade.

8.7. Recomendação	8.8. Esfera de Governo			Outras políticas	Demais Poderes (Judiciário e Legislativo)
	Município	Estado	União		
09/2011 - Garantir a criação de mecanismos que possibilitem a estruturação da gestão do trabalho e da política de Assistência Social para a gestão do território com publicização dos dados na rede socioassistencial.	X	X	X		

52/2011 - Ampliar a rede socioassistencial em todas as regiões do município, implantando efetivamente uma unidade de CRAS para cada 5.000 famílias referenciadas (conforme previsto na NOB-SUAS e na Política Nacional de Assistência Social - PNAS), priorizando os locais de alta vulnerabilidade para enfrentamento da extrema pobreza, de acordo com diagnóstico socioterritorial.	X	X	X		
37/2011 - Criar plano de divulgação e comunicação da Assistência Social que divulgue dados da área, bem como o decálogo e os serviços socioassistenciais, e que estabeleça canais de comunicação com a sociedade utilizando linguagem simples e acessível.	X				
33/2009 - Realizar pesquisa de satisfação dos usuários com relação aos serviços da rede socioassistencial e aos direitos socioassistenciais.	X				

Propostas novas de deliberação (propostas ainda não apresentadas e deliberadas nas conferências anteriores para efetivar o SUAS Local)

9. Deliberações novas	Esfera de Governo		
	Munic.	Estad.	União
Fortalecimento e ampliação do CEDESP.	X		
Formar um conselho gestor por SAS com participação de usuários, trabalhadores SUAS e poder público.	X		
Criação de banco de dados único, intersetorial (assistência, saúde, educação) para integrar a comunicação da rede de atendimento.	X	X	X

Anexo 5 - quadro preenchido do instrumental 2 pelo Eixo III - aprovado

Instrumental 2 - Registro e Sistematização da Pré-Conferência Regional de VILA MARIA/VILA GUILHERME 2013 – eixo III - “Gestão do Trabalho” – APROVADO

8.1 Análise e Deliberações por eixo – Principais avanços

8.1. Principais avanços

Portarias 46 e 47 (tipificação do serviço da rede socioassistencial).

8.2. Análise e Deliberações por eixo – Principais dificuldades

8.2. Principais dificuldades

Número insuficiente de trabalhadores de serviços conveniados que atendem uma demanda diversificada, como pessoas com deficiências, dislexias, drogaditos, pessoas em situação de rua etc.

Sistematização das Recomendações (Deliberações anteriores não implementadas e que são pertinentes manter na agenda para consolidar o SUAS). Até cinco recomendações por eixo, em ordem de prioridade.

8.7. Recomendação	8.8. Esfera de Governo			Outras políticas	Demais Poderes (Judiciário e Legislativo)
	Município	Estado	União		
07/2011 - Garantir suporte e acompanhamento profissional especializado, para todos os trabalhadores da rede pública e conveniada, envolvendo atendimento psicológico e psicossocial, com vistas à: a) manutenção e valorização da saúde física e mental dos mesmos; b) prevenção dos riscos a que estão expostos; c) melhoria da atuação dos profissionais da Assistência Social junto aos serviços e usuários, contribuindo para o equilíbrio pessoal e redução das pressões do ambiente.	x				
57/2009 - Implantar um plano de formação continuada para usuários, trabalhadores, entidades, gestores e conselheiros eleitos para melhor conhecimento dos territórios da assistência social para monitoramento, implantação e ampliação dos serviços socioassistenciais.	x				
31/2009 - Garantir recursos orçamentários para qualificação e instrumentalização de equipes de trabalho da rede socioassistencial conveniada.	x				
03/2011 - Garantir o quadro de recursos humanos dos serviços socioassistenciais previsto nas Portarias, observando as especificidades de cada serviço e dos territórios atendidos, garantindo equipes transdisciplinares nos serviços da rede pública e privada.	x				
52/2011 - Ampliar a rede socioassistencial em todas as regiões do município, implantando efetivamente uma unidade de CRAS para cada 5.000 famílias referenciadas (conforme previsto na NOB-SUAS e na Política Nacional de Assistência Social - PNAS), priorizando os locais de alta vulnerabilidade para enfrentamento da extrema pobreza, de acordo com diagnóstico socioterritorial.	x				

Propostas novas de deliberação (propostas ainda não apresentadas e deliberadas nas conferências anteriores para efetivar o SUAS Local)

9. Deliberações novas	Esfera de Governo		
	Munic.	Estad.	União
Valorizar financeiramente os profissionais da rede SUAS.	X		
Descentralização do ESPASO com criação de uma unidade em cada região para atender as necessidades específicas de cada serviço.	X		
Implantar um instrumental de avaliação da qualidade dos serviços do SUAS.	X		

Anexo 6 - quadro preenchido do instrumental 2 pelo Eixo IV - aprovado

Instrumental 2 - Registro e Sistematização da Pré-Conferência Regional de VILA MARIA/VILA GUILHERME 2013– Eixo IV “Gestão de Serviços, Programas e Serviços” – APROVADO

8.1 Análise e Deliberações por eixo – Principais avanços

8.1. Principais avanços

Deliberação 43 – Criar um sistema de comunicação com instrumentais adequados e que permitam a apropriação dos conteúdos da política de assistência social. Houve a criação de canais de comunicação, porém eles ainda não funcionam de forma efetiva.

Deliberação 38 – Garantir recursos para a Comissão de Controle e Monitoramento das Deliberações das Conferências. Foi implementado, porém o monitoramento deveria ser realizado anualmente.

Deliberação 54 – Acompanhamento efetivo e monitoramento frequente da concessão de benefícios e de Programas de Transferência de Renda sob a responsabilidade do município. Houve a criação, porém ela não realiza acompanhamento e intervenções efetivas.

8.2. Análise e Deliberações por eixo – Principais dificuldades

8.2. Principais dificuldades

Não existe a implementação da comunicação entre gestores e executores e a integração de projetos, para que os serviços funcionem de forma articulada.

Há a ausência de transparência no processo de construção de uma política de gestão de serviços, programas e projetos.

Há ausência de publicização e justificativa dos resultados obtidos pelos monitoramentos e quais ações serão implementadas para atender a demanda da prestação de serviços.

Sistematização das Recomendações (Deliberações anteriores não implementadas e que são pertinentes manter na agenda para consolidar o SUAS). Até cinco recomendações por eixo, em ordem de prioridade.

8.7. Recomendação	8.8. Esfera de Governo			Outras políticas	Demais Poderes (Judiciário e Legislativo)
	Município	Estado	União		
37/2011 - Criar plano de divulgação e comunicação da Assistência Social que divulgue dados da área, bem como o decálogo e os serviços socioassistenciais, e que estabeleça canais de comunicação com a sociedade utilizando linguagem simples e acessível.	X				
03/2011 - Garantir o quadro de recursos humanos dos serviços socioassistenciais previsto nas Portarias, observando as especificidades de cada serviço e dos territórios atendidos, garantindo equipes transdisciplinares nos serviços da rede pública e privada.	X				
35/2011 - a) Implantar Conselhos Gestores nos serviços socioassistenciais, constituídos e compostos por representantes da gestão do serviço, trabalhadores e usuários. Abrir a participação às pessoas da comunidade e, se necessário e possível, a um representante do poder público. Normatizar que uma cópia da ata de cada reunião do Conselho deverá ser encaminhada para os CRAS e CREAS de cada região. b) Implantar Conselho Gestor nos CRAS e CREAS, composto paritariamente por representantes do poder público e da sociedade civil.	X				

57/2009 - Implantar um plano de formação continuada para usuários, trabalhadores, entidades, gestores e conselheiros eleitos para melhor conhecimento dos territórios da assistência social para monitoramento, implantação e ampliação dos serviços socioassistenciais.	X				
52/2009 - Descentralizar os equipamentos e recursos da assistência social.	X				

Propostas novas de deliberação (propostas ainda não apresentadas e deliberadas nas conferências anteriores para efetivar o SUAS Local)

9. Deliberações novas	Esfera de Governo		
	Munic.	Estad.	União
Universalização do acesso aos serviços de proteção básica, priorizando o risco social do usuário, independente de ser beneficiário pelos PTRs.	X	X	X
Capacitação específica e continuada para o trabalhador social na prestação de serviços de inclusão, com objetivo de cumprir as meta de 10% de atendimento a pessoas com deficiência, como definido pela SMADS.	X		

Anexo 7 - quadro preenchido do instrumental 2 pelo Eixo V – aprovado

Instrumental 2 - Registro e Sistematização da Pré-Conferência Regional de VILA MARIA/VILA GUILHERME 2013– Eixo V “Gestão de Benefícios do SUAS” – APROVADO

8.1 Análise e Deliberações por eixo – Principais avanços

8.1. Principais avanços
Criação do CRAS na Vila Medeiros.
Implementação do Programa Carteira do Idoso que é feito através do CRAS.
Criação do Centro de Defesa e Convivência da Mulher na Vila Maria e do Núcleo de Convivência de Idosos.

8.2. Análise e Deliberações por eixo – Principais dificuldades

8.2. Principais dificuldades
A renda <i>per capita</i> exigida para a concessão dos PTRs e BPCs não atendem à necessidade dos usuários.
Não cumprimento pelo município no atendimento ao quadro mínimo exigido de profissionais e especificação do profissional de serviço social, conforme determina a NOB – RH dificulta o atendimento à população e a concessão dos benefícios e programas a que eles têm direito.
Dificuldade na operacionalização do sistema de referência /contrarreferência da rede de apoio socioassistencial e das outras políticas públicas.

Sistematização das Recomendações (Deliberações anteriores não implementadas e que são pertinentes manter na agenda para consolidar o SUAS). Até cinco recomendações por eixo, em ordem de prioridade.

8.7. Recomendação	8.8. Esfera de Governo			Outras políticas	Demais Poderes (Judiciário e Legislativo)
	Município	Estado	União		
56 (2011) - Viabilizar aumento de 30% no valor do benefício do Programa Renda Mínima (Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima Municipal - PGRFMM), com alteração dos requisitos exigidos para inclusão de beneficiários e com adoção do <i>per capita</i> e até meio salário mínimo, independente da composição familiar e faixa etária.					
55(2011) Garantir à população em situação de vulnerabilidade social o acesso à alimentação diversificada e nutricionalmente balanceada, como medida adicional aos benefícios continuados ofertados pela proteção básica.					
33(2009) Realizar pesquisa de satisfação dos usuários com relação aos serviços da rede socioassistencial e aos direitos socioassistenciais.					
36 (2011) Ampliar a autonomia e os recursos do COMAS na promoção do controle social e da participação social.					

Propostas novas de deliberação (propostas ainda não apresentadas e deliberadas nas conferências anteriores para efetivar o SUAS Local)

9. Deliberações novas	Esfera de Governo		
	Munic.	Estad.	União
Aumento da renda per capita para a concessão dos BPCs e PTRs e acompanhamento das famílias usuárias para geração de renda. Incluir mais de um membro da família como beneficiário dos BPCs.			X
Efetivação e sistematização da intersetorialidade entre todas as políticas públicas.	X		
Criação de um programa de responsabilidade da Assistência Social para inserção de egressos (ex-presidiários) no mercado de trabalho.	X		

Anexo 8 - quadro preenchido do instrumental 2 pelo Eixo VI – aprovado

Instrumental 2 - Registro e Sistematização da Pré-Conferência Regional de VILA MARIA/VILA GUILHERME 2013 – Eixo VI “Regionalização” – APROVADO

8.1 Análise e Deliberações por eixo – Principais avanços

8.1. Principais avanços

Ampliação dos serviços na regional, com abertura de mais um CRAS (Vila Medeiros), CREAS, três CCA, um CJ, um Núcleo Convivência do Idoso - NCI, NPJ, duas SAICA, Centro de Defesa e Cidadania da Mulher – CDCM.

Supervisão coletiva com coordenação da SAS, que possibilitou uma maior integração da gestão do serviço.

Ações pontuais que visam à integração entre as secretarias.

8.2. Análise e Deliberações por eixo – Principais dificuldades

8.2. Principais dificuldades

Demanda crescente de imigrantes e dificuldade de garantia do atendimento dessa população.

Dificuldade de articulação/ comunicação entre as secretarias, caracterizada pela informalidade.

Aumento da incidência de violência, tráfico de drogas, prostituição infantil, criminalidade, população flutuante; ação opressiva da Polícia Militar e ausência de fiscalização no território.

8.3 Análise e Deliberações por eixo- Outras observações

8.3. Outras observações

Deliberação 56 de 2011 recomendada, porém é pertinente ao Eixo 1 de cofinanciamento, já que refere-se à questão orçamentária.

Sistematização das Recomendações (Deliberações anteriores não implementadas e que são pertinentes manter na agenda para consolidar o SUAS). Até cinco recomendações por eixo, em ordem de prioridade.

8.7. Recomendação	8.8. Esfera de Governo			Outras políticas	Demais Poderes (Judiciário e Legislativo)
	Município	Estado	União		
26/2009 - Fazer gestão junto à SEMPLA e Câmara Municipal para garantir em 2010 a dotação de no mínimo 5% do orçamento federal, estadual e municipal para os respectivos fundos de assistência social, sem vinculação com a verba destinada ao BPC (Benefício de Prestação Continuada).	X	X	X		
52/2011 - Ampliar a rede socioassistencial em todas as regiões do município, implantando efetivamente uma unidade de CRAS para cada 5.000 famílias referenciadas (conforme previsto na NOB-SUAS e na Política Nacional de Assistência Social - PNAS), priorizando os locais de alta vulnerabilidade para enfrentamento da extrema pobreza, de acordo com diagnóstico socioterritorial.	X	X			

35/2011 - a) Implantar Conselhos Gestores nos serviços socioassistenciais, constituídos e compostos por representantes da gestão do serviço, trabalhadores e usuários. Abrir a participação às pessoas da comunidade e, se necessário e possível, a um representante do poder público. Normatizar que uma cópia da ata de cada reunião do Conselho deverá ser encaminhada para os CRAS e CREAS de cada região. b) Implantar Conselho Gestor nos CRAS e CREAS, composto paritariamente por representantes do poder público e da sociedade civil.	X	X	X		
67/2009- Qualificar os fóruns locais e municipais sobre as questões pertinentes ao financiamento da política de assistência social.	X				
37/2011 - Criar plano de divulgação e comunicação da Assistência Social que divulgue dados da área, bem como o decálogo e os serviços socioassistenciais, e que estabeleça canais de comunicação com a sociedade utilizando linguagem simples e acessível.	X				

Propostas novas de deliberação (propostas ainda não apresentadas e deliberadas nas conferências anteriores para efetivar o SUAS Local)

9. Deliberações novas	Esfera de Governo		
	Munic.	Estad.	União
- Estabelecer protocolo intersetorial para o atendimento da população em situação de alta vulnerabilidade social, tal como: dependentes químicos, pessoas em situação de rua, pessoas em sofrimento psíquico, idosos, pessoas com deficiência, vítimas de violência e exploração sexual, entre outros.	X		
- Criar em cada Subprefeitura um Conselho Intersetorial/ intersecretarial, composto por gestores, trabalhadores e usuários, da Saúde, Meio Ambiente, Segurança, Assistência Social, Esporte, Cultura, Habitação e Educação, para discussão de políticas públicas e articulação de ações em conjunto.	X		
- Implantar serviços na Assistência Social e demais secretarias, que visem atender a jovens de 14 a 16 anos de idade, que residam em territórios de maior vulnerabilidade social e violência.	X	X	

Anexo 9 – Moções da Pré-Conferência Regional de VILA MARIA/VILA GUILHERME

MOÇÃO

Pré-Conferência Regional de Vila Maria / Vila Guilherme

TIPO DE MOÇÃO: APELO

DESTINATÁRIO DA MOÇÃO:

MOTIVO: IMIGRANTES LATINO AMERICANO

TEXTO:

Partindo do pressuposto de reconhecer as diversas realidades socioeconômicas e suas multifacetadas das expressões no que se refere aos imigrantes latinos americano com um número considerável de bolivianos inseridos no espaço territorial com demandas na saúde, educação, trabalho, habitação se faz necessários serviços que garantem atendimento qualitativo e fortalecimento dos mesmos com vista de garantir a efetivação de direitos e a emancipação dos atores presentes.

ASSINATURAS: 29

MOÇÃO

Pré-Conferência Regional de Vila Maria / Vila Guilherme

TIPO DE MOÇÃO:

DESTINATÁRIO DA MOÇÃO:

MOTIVO: FALTA DE ARGUMENTO PARA O IMPEDIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DOS ESTÁGIARIOS

TEXTO:

Mesmo que se considere que estágio não pode ser confundido com trabalho, o estagiário te sido elemento com presença marcante nas equipes multidisciplinares, pois trazem novas ideias questionam o modelo, contribuindo com as discussões; além de comporem as equipes de trabalho em período considerável (de 6 meses a 2 anos) para influenciarem no trabalho.

ASSINATURAS: 26

MOÇÃO

Pré-Conferência Regional de Vila Maria / Vila Guilherme

TIPO DE MOÇÃO: APELO

DESTINATÁRIO DA MOÇÃO: TODAS AS ESFERAS

MOTIVO:

TEXTO:

Solicitamos que o congresso nacional aprove e a presidente do Brasil sancione, em caráter de urgência, a PEC 431 que garanta a aplicação de pelo menos 5% de recursos orçamentários para a assistência social em todas as esferas de governo. Afirmamos que a distinção orçamentária, antes de ser uma questão técnica, é política, isto é, de compromisso e prioridade com os cidadãos que se encontram e venham estar em situação de vulnerabilidade e risco social ou pessoal.

ASSINATURAS: 30